

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

AFOLUKE OLABISI ATOYEBI

**Um estudo das Relações Bilaterais entre o Brasil e a Nigéria sob a
estrutura das Relações Sul-Sul**

Orientadora: Profa. Dra. Maria Hermínia Tavares de Almeida

SÃO PAULO
2012

AFOLUKE OLABISI ATOYEBI

**Um estudo das Relações Bilaterais entre o Brasil e a Nigéria sob a
estrutura das Relações Sul-Sul**

Dissertação apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientadora: Profa. Dra. Maria
Hermínia Tavares de Almeida

SÃO PAULO
2012

FOLHA DE AROVAÇÃO

Afoluke Olabisi Atoyebi
Um estudo das Relações Bilaterais entre o Brasil e a Nigéria sob a estrutura
das Relações Sul-Sul

Dissertação apresentada ao Instituto
de Relações Internacionais da
Universidade de São Paulo como
requisito para obtenção do título de
Mestre em Ciências.

Área de concentração: Relações Sul-
Sul.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. (a) Dr. (a): _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. (a) Dr. (a): _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. (a) Dr. (a): _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. (a) Dr. (a): _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. (a) Dr. (a): _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho:

A Deus por ter me oferecido a oportunidade de viver, evoluir a cada dia e
conhecer todas as pessoas que citarei abaixo.

Aos meus pais e irmãos pelo apoio e carinho oferecidos em todo
momento de minha vida e principalmente neste.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria Hermínia Tavares de Almeida, pelo ensinamento e dedicação dispensados no auxílio à concretização dessa dissertação;

Aos meus colegas do POLMET, muito obrigada pela grande ajuda para o desenvolvimento do presente trabalho.

Aos professores do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, pela influência positiva na minha formação.

Agradeço o Prof. Dr. Pio Penna Filho, Conselheiro Cesário Alexandria, Josué Nóbrega, e, Omolola Ogungbile, pelo apoio e ajuda nos momentos precisos.

RESUMO

ATOYEBI, O. A. **Um estudo das Relações Bilaterais entre o Brasil e a Nigéria sob a estrutura das Relações Sul-Sul**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, SP, 2012.

Este artigo tem por objetivo utilizar uma abordagem descritiva histórica para analisar as relações comerciais entre a Nigéria e o Brasil, de 1960 a 2010, com o propósito de formar um quadro desse intercâmbio, assim como a constituição dele. Também objetiva analisar seus acordos. A finalidade disso é descobrir se o quadro das relações comerciais entre o Brasil e a Nigéria (um país emergente e um país em desenvolvimento) é uma reprodução de o das relações comerciais entre um país avançado e um país em desenvolvimento, assim como saber se o foco dos seus acordos está nas relações comerciais ou na cooperação técnica Sul-Sul já que o discurso político coloca muita ênfase no uso da cooperação técnica para alcançar um perfil industrial e reduzir a assimetria entre os eixos socioeconômicos do Norte-Norte e do Sul-Sul. Vale ressaltar que o quadro das relações Norte-Sul retrata as relações de dependência econômica dos países em desenvolvimento, com o mundo desenvolvido, uma vez que os últimos são, principalmente, exportadores de matérias-primas e importadores de produtos manufaturados. Segundo a nossa análise do intercâmbio Brasil-Nigéria, a Nigéria tem um saldo de superávit, porém, esse quadro já apresenta uma reprodução do quadro das relações comerciais entre um país do Norte e um país do Sul já que o principal produto das importações brasileiras é um produto básico, o óleo bruto, enquanto os principais produtos das suas exportações são os manufaturados. Isto por causa da sua crescente capacidade industrial. Ademais, a análise dos seus acordos demonstra maior concentração nas relações comerciais. Isto demonstra a importância de desdobramentos políticos em relação ao discurso político sobre a cooperação técnica Sul-Sul, e maior esforço por parte do governo nigeriano nas suas políticas domésticas e econômicas para alcançar desenvolvimento industrial.

Palavras chaves: Relações Sul-Sul, Relações Norte-Sul, Cooperação Sul-Sul, Brasil, Nigéria.

ABSTRACT

ATOYEBI, O. A. **A Study of Brazil - Nigeria Bilateral Relations under the framework of South-South Relations** 2012. Dissertation (Master Degree) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, SP, 2012.

This article aims at using a descriptive approach to analyze historical trade relations between Nigeria and Brazil, from 1960 to 2010, with the purpose of having a clear picture of its components and its pattern. It also aims to analyze their bilateral agreements. The purpose of this is to find out whether Brazil and Nigeria trade relations (trade relations between an emerging country and a developing country) is a reproduction of that between an advanced country and a developing country, as well as to know if the focus of their bilateral accords is on their trade relations, or on South-South technical cooperation. The political discourse places a lot of emphasis on the use of this kind of cooperation to gain industrial ability, as well as to reduce the asymmetry of the socioeconomic divide between the North-South and South-South. It is worth noting that the framework of North-South relations portrays the economic dependence of developing countries on the developed world, since these first are mainly exporters of raw materials and importers of manufactured goods. According to our analysis of the Brazil-Nigeria trade relations, Nigeria has a surplus balance, however, this situation already shows a reproduction of the trade relations pattern between a developed country and a developing country, since Brazilian main import is a basic commodity, crude oil, while the its main exports are manufactured goods. This is as a result of its growing industrial strength. Furthermore, the analysis of their bilateral agreements demonstrates greater focus on their trade. This shows that more efforts and actions have to be put behind the political discourse about South-South technical cooperation in order to effectively realize it, and even greater efforts made by the Nigerian government through its domestic policies to achieve economic and industrial development.

Key words: South-South relations, North-South relations, South-South Cooperation, Brazil, Nigeria.

SUMÁRIO

ARTIGO 1: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE O BRASIL E A NIGÉRIA SOB A ESTRUTURA DAS RELAÇÕES SUL-SUL	
INTRODUÇÃO.....	9
1 ANÁLISE DAS RELAÇÕES COMERCIAIS: 1960 – 2010.....	12
1.1 PRIMEIRO PERÍODO (1960 – 1973): INÍCIO.....	12
1.2 SEGUNDO PERÍODO (1974 – 1988): VALORES ALTOS.....	14
1.3 TERCEIRO PERÍODO (1989 – 2000): VALORES BAIXOS.....	18
1.4 QUARTO PERÍODO (2001 – 2010): VALORES E FLUXO ALTO.....	20
1.5 QUADRO COMPLETO (1960 – 2010).....	23
1.6 CONCLUSÃO: INTERCÂMBIO BRASIL-NIGÉRIA.....	24
2 ANÁLISE DOS ACORDOS ENTRE O BRASIL E A NIGÉRIA.....	26
2.1 CONCLUSÃO: ANÁLISE DOS ACORDOS.....	26
3 ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES	
BRASIL-NIGÉRIA (1960 – 2010).....	29
3.1 ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES BRASIL-NIGÉRIA: (%)	30
3.2 IMPORTAÇÕES BRASIL-NIGÉRIA: ÓLEO BRUTO: (%).....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS.....	38
ANEXOS.....	41
ARTIGO 2: A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA NIGERIANA (1960 a 2010)....	
INTRODUÇÃO	45
1 O PRIMEIRO PERÍODO: 1960 – 1979.....	49
1.1 A INDEPENDÊNCIA E A PRIMEIRA REPÚBLICA:1960 – 1966.....	49
1.2 O PRIMEIRO PERÍODO DE REGIMES MILITARES: 1966 – 1979.....	51
1.3 CONCLUSÃO.....	54
2 O SEGUNDO PERÍODO: 1979 – 1993.....	56
2.1 A SEGUNDA REPÚBLICA: 1979 – 1983	56
2.2 O SEGUNDO PERÍODO DE REGIMES MILITARES: 1983 – 1993.....	58
2.3 CONCLUSÃO.....	60
3 O TERCEIRO PERÍODO: 1993 – 1999:	63
3.1 A TERCEIRA REPÚBLICA: AGO. 1993 – NOV 1993	63
3.2 O TERCEIRO PERÍODO DE REGIME MILITAR: 1993 – 1998	66
4 O QUARTO PERÍODO: A QUARTA REPÚBLICA E O RETORNO DA DEMOCRACIA:	
4.1 O GOVERNO DEMOCRÁTICO DE OBASANJO: 1999 – 2007.....	67
4.2 O GOVERNO DEMOCRÁTICO DE YARÁDUA: 2007 – 2010.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
BIBLIOGRAFIA.....	76

ARTIGO 1: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE O BRASIL E A NIGÉRIA SOB A ESTRUTURA DAS RELAÇÕES SUL-SUL

INTRODUÇÃO

Ao discutir as relações Sul-Sul dos dias atuais, de destaque são as atuações dos países emergentes no sistema internacional. Para Lima (2005), o termo “País Emergente” se refere a um país que reconhece outras grandes potências consideradas atores globais, possui meios de recursos e reconhece a sua nova postura no sistema internacional e as responsabilidades que isto traz.¹ Exemplos desses países são a China, a Índia, o Brasil e a África do Sul.

Destacamos aqui que o debate sobre as Relações Sul-Sul também afirmam que não são todos os estados desse eixo socioeconômico que obtiveram benefícios significativos de desenvolvimento diante do processo de globalização e da reestruturação da hierarquia entre os estados no sistema internacional como os Países Emergentes. O que fica latente ao ler os textos sobre esse assunto é que os países periféricos tiveram a sua dependência em relação aos centrais acentuada, aumentando, dessa forma, a assimetria entre eles. Entre os argumentos levantados por muitos pesquisadores a respeito das relações entre os países centrais e os em desenvolvimento é a delineação do papel das metrópoles e das colônias no contexto da produção e do comércio internacional.

Isto ressalta a importância dos países Emergentes para as Relações Sul-Sul atuais. Primeiro porque a atuação do fortalecimento das relações Sul-Sul no âmbito do Sistema Internacional com a liderança desses países emergentes tem sido denominada como uma forma para corrigir o padrão assimétrico das negociações internacionais sobre o comércio entre o Norte e o Sul. Segundo motivo é que preferência da cooperação técnica Sul-Sul sob a cooperação técnica Norte-Sul vem do sucesso de desenvolvimento econômico e social que os países emergentes estão presenciando, que faz com que a sua tecnologia e transferência de conhecimento e práticas sejam mais adequadas às necessidades dos países em desenvolvimento.

Destacamos aqui que, embora o termo “Cooperação Sul-Sul” venha sendo empregado ao longo dos anos para descrever as relações Sul-Sul do campo de multilateralismo, técnico até o fluxo de comércio e investimentos, portanto, sendo um conceito muito abrangente que engloba várias categorias de relações entre esses países,

¹ LIMA, MARIA. A Política Externa Brasileira e os Desafios da Cooperação Sul-Sul. In: “*Revista Brasileira de Política Externa. Brasília, vol 48, n¹, 2005*”, p. 24 - 59.

muita ênfase é colocada neste âmbito na cooperação técnica. Ou seja, ganha destaque nesse sentido o discurso sobre a transferência de conhecimento e técnicas dos emergentes aos países periféricos uma vez que é considerada uma forma para alcançar um perfil industrial e reduzir a assimetria entre os eixos socioeconômicos do Norte-Norte e do Sul-Sul. De fato, os traços definitórios dessa cooperação estão baseados nos princípios de direito internacional e solidariedade, portanto dando ênfase a uma modalidade de cooperação muito diferente da Cooperação entre o Norte e o Sul.

É dentro deste quadro de relações Sul-Sul que vamos analisar as relações entre o Brasil, um país emergente, e a Nigéria, um país da região periférica do sistema internacional. O propósito é utilizar uma abordagem descritiva histórica para analisar as relações comerciais entre o Brasil e a Nigéria, de 1960 a 2010, e seus acordos. Trata-se de um trabalho acadêmico cuja principal preocupação é mostrar os indícios e características dessas relações ao longo dos anos.

Gostaríamos de saber se as relações comerciais entre o Brasil e a Nigéria são uma reprodução do quadro das relações comerciais entre os países avançados e os em desenvolvimento e entender o foco dos seus acordos. Ou seja, os indícios e características encontrados mostrarão se essas relações comerciais reproduzem o quadro de um exportador de matérias-primas e importador de produtos manufaturados de valor agregado por parte do país nigeriano e se o foco dos seus acordos tem sido na cooperação técnica ou no comércio.

Levando em conta que a maioria dos arranjos no âmbito das Relações Sul-Sul se constrói no nível das relações bilaterais em que a assimetria entre esses dois Estados se tornam mais ampliada, ganha força a idéia de que as negociações dessas relações não seriam muito favoráveis para a Nigéria, uma vez que o Brasil está numa posição melhor para aproveitar as oportunidades dessas relações. Nesse sentido, isto nos leva à hipótese de que o quadro das relações bilaterais entre a Nigéria e o Brasil poderia ser uma reprodução do quadro das suas relações com os países centrais. Diante de tais fatores como economias assimétricas, uma globalização mais profunda e a terceira revolução industrial, talvez fosse melhor reconsiderar as relações comerciais entre os países emergentes e os países em desenvolvimento como sendo reproduções das relações entre os países avançados e os periféricos.

A justificativa da importância dessa análise se dá ao fato da relevância associada ao grande crescimento das relações entre Brasil e países em desenvolvimento na África, estratégia de inserção internacional do país brasileiro diante da transição sistemática.

No Governo Lula, percebe-se uma intensificação das relações brasileiras no âmbito das relações Sul-Sul, sobretudo com a China, a Índia e a África do Sul. Neste âmbito, o número de acordos bilaterais assinados com países africanos durante o período deste governo são 283, enquanto o número no governo anterior (no Governo Fernando Henrique) são 35.² Analisando esses números, percebemos um significativo aumento de aproximação com os países africanos e de compromissos assumidos com esses países por parte do governo Lula, se comparado com o governo que o antecedeu – oito vezes maior.

Neste âmbito, o Brasil considera a sua oferta de cooperação técnica ser *“assistencialista, sem fins lucrativos nem pretensões comerciais e estar centrada no fortalecimento institucional de nossos parceiros, condição fundamental para que a transferência e a absorção de conhecimentos sejam efetivas”*,³ assim demonstrando a preocupação do governo brasileiro em considerar a sua oferta de cooperação técnica Sul-Sul ser diferente da cooperação técnica Norte-Sul.

No entanto, há o entendimento comum no mundo acadêmico de que os principais motivos dos Emergentes no continente africano são a sua projeção internacional, o desenvolvimento econômico e o acesso aos recursos naturais.⁴ Nesse contexto, percebe-se um grande aumento nas relações bilaterais entre os emergentes e países africanos fornecedores desses recursos energéticos. Exemplos desses países são Angola, Argélia, Nigéria, e Líbia. Além disso, os mercados desses últimos são alternativos pela expansão da base produtiva dos produtos manufaturados dos emergentes. Segundo os dados consolidados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em 2010, a importação brasileira da Nigéria teve um valor de quase US\$6 bilhões⁵ dos quais 94.6% era do petróleo bruto. Desse modo, ganhou o lugar do sétimo principal parceiro importador do Brasil nesse ano.⁶

Esses fatos demonstram a importância deste objeto de pesquisa. Os indícios apresentados nesta pesquisa certamente enriquecerão o nosso conhecimento sobre as relações entre o Brasil e a Nigéria, abrirão novas perspectivas para encontrar soluções compatíveis para essas relações, assim como demonstrarão se essas relações estão precisando de desdobramento político por parte dos dois.

² Fonte: Divisão de Atos Internacionais (DAI) - MRE

³ www.abc.gov.br.

⁴ PAUTASSO, Diego. A África no Comércio Internacional do Grupo BRIC. Meridiano 47 vol. 11, n. 120, jul.-ago 2010 p. 54 – 59.

⁵ MDIC, esse valor é corrente.

⁶ MDIC

1 ANÁLISE DAS RELAÇÕES COMERCIAIS: 1960 – 2010

A análise das relações comerciais entre a Nigéria e o Brasil, desde a independência do país nigeriano até os dias atuais, é pertinente para a pesquisa por várias razões. É preciso ter um quadro completo dessas relações para visualizar as mudanças no fluxo comercial, entender a influência da interação de fatores internos e externos e a sua constituição.

Assim, foi dividido em quatro períodos, seguindo o nível de intensificação ou afastamento dessas relações comerciais. O primeiro período (1960 a 1973) representa o início dessas relações comerciais, o segundo período (1974 a 1988) já mostra as relações comerciais intensificadas, porém com o fluxo apresentando grandes quedas com valores altos, o terceiro período (1989 a 2000) mostra o afastamento com oscilações no fluxo e valores baixos, e o último período (2001 a 2010) mostra uma tendência crescente nos valores desse fluxo.

1.1 PRIMEIRO PERÍODO (1960 – 1973): INÍCIO

A década de 60 é muito importante não somente para as relações entre o Brasil e a Nigéria, mas também para as suas relações com outros países africanos. Mudanças na situação do Sistema Internacional, como a sua divisão em dois blocos distintos, o sistema financeiro internacional de Bretton Woods e a sua queda, as crises mundiais do petróleo, assim como o processo de descolonização de muitos países africanos nessa década, causando o surgimento de novos estados, são fatores importantíssimos para a redefinição da inserção do Brasil nesse sistema. A chegada desses novos estados recém-descolonizados possibilitou o arranjo de novos parceiros no Sistema Internacional com os quais poderiam ser realizados interesses e objetivos em comum. Dessa maneira, pode-se dizer que as relações do Brasil com os países africanos e, neste caso, com a Nigéria, foram influenciadas pelo funcionamento do Sistema Internacional do momento e, portanto, a necessidade de redefinir a estratégia de inserção nesse sistema para poder alcançar seus objetivos planejados.⁷

Embora a aproximação aos países recém-descolonizados da África nessa década tenha sido uma estratégia política, não se pode afirmar que houve ausência do aspecto comercial nos objetivos brasileiros, uma vez que seu crescimento industrial exigia a

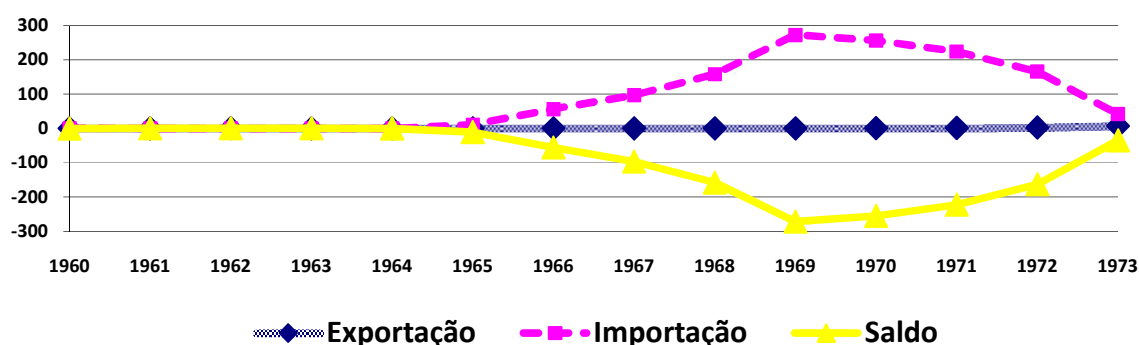
⁷ LAFER, Celso. As eleições de novembro de 1982 e a Política exterior do Brasil; *O Brasil e a Crise Mundial*; São Paulo, Perspectiva, 1984, p. 104.

busca de novos mercados para vender seus produtos.⁸ Assim, a embaixada brasileira foi estabelecida na Nigéria, em 1961, e, no mesmo ano, uma missão especial foi enviada para a África na busca de parceiro para o Brasil, sendo a Nigéria, Guiné e a Gana os países alvos⁹.

Por parte da Nigéria, por ser o país que ganhou independência em 1960, o seu interesse nacional era o desenvolvimento rápido do seu setor industrial além da procura de ajuda técnica e financeira para alcançar isso.¹⁰ Para realizar esse objetivo, utilizou na sua política econômica um instrumento chamada de “*The Diplomacy of Dependent Import-Substitution Industrialization*” (1960 – 1974)¹¹ que envolvia o desenvolvimento do seu setor manufatureiro e a diminuição da sua dependência de capitais externos.

Portanto, esses objetivos nacionais dos dois países serviram de base para o início das suas relações.

Estrutura do Intercâmbio Brasil-Nigéria 1960 – 1973 (em US \$ 1 000 FOB).



Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, MDIC.¹²

Embora com valores muito inferiores, a análise das exportações e importações entre Brasil e a Nigéria, no período de 1960 a 1973, desprende-se, inicialmente do fato das exportações brasileiras serem superiores às importações (1960 a 1965), uma vez que

⁸ QUADROS, Jânio; A Nova Política Externa Brasileira; Relações Internacionais, Brasília; I (3): 73 – 77, set./dez. 1978.

⁹ SARAIVA, José F.L. Do silêncio à afirmação: Relações do Brasil com a África. In: CERVO, Amado L. *O Desafio Internacional: A Política Exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Editora UNB, 1994. p.267.

¹⁰ ASOBIE, Assisi. H. Nigeria: Economic Diplomacy and National Interest – An Analysis of the Politics of Nigeria’s External Economic Relations. In: OGWU, Joy & OLUKOSHI, Adebayo, *The Economic Diplomacy of the Nigerian State*. Lagos: Frankad Publishers, 2002. p. 55.

¹¹ Ibidem. p. 53. Essa estratégia de substituição de importações vem da discussão teórica sobre as estratégias de desenvolvimento que argumenta a edificação de uma estrutura industrial e auto-centrada com a finalidade de promover o crescimento sustentado do país e defender-se das flutuações cíclicas da economia mundial.

¹² Os valores encontrados neste site foram deflacionados usando um índice de preços adequado. A lista de “Exportação-Preço-Índice (1850 – 2010) do site da IPEADATA, e a lista de “Commodities-Petróleo-Cotação Internacional (1952 – 2010) do site do FMI foram utilizados. Estão medidas em dólares constantes de 1990.

o Brasil fazia quase nenhuma importação da Nigéria nesses cinco anos. Porém, a partir de 1966, as importações aumentaram mais rapidamente do que as exportações invertendo-se a situação da balança comercial entre os anos 1966 a 1973. Os superávits iniciais, e favoráveis, são, portanto, substituídos pelos primeiros déficits a partir de 1966.

É importante assinalar que a ausência de uma pauta de produtos nigerianos que fosse de interesse comercial para os importadores brasileiros entre os anos de 1960 e 1964, parece perder valor a partir de 1965 a 1973, já que houve uma tendência crescente pelas importações brasileiras nesse período. Esse aumento é resultado da crescente participação do “petróleo”. Vale ressaltar que entre os objetivos da aproximação do Brasil para com a Nigéria estava a procura de mercados para vender seus produtos¹³, além de a Nigéria representar um dos principais produtores de petróleo na África nessa época¹⁴.

1.2 SEGUNDO PERÍODO (1974 – 1988): VALORES ALTOS

O ano de 1973 é muito importante para as relações comerciais entre a Nigéria e o Brasil, pois, nesse ano, houve uma crise mundial de petróleo. Com efeito, o fortalecimento de vínculos comerciais e maior aproximação com os países produtores de petróleo na África tornaram-se aspectos pertinentes do governo brasileiro no sustento de seu crescimento e sua industrialização.¹⁵ Por parte da Nigéria, o incremento do preço de petróleo nesse ano (70% aumento) provocou um aumento drástico da sua renda, e, portanto, nas suas importações e nos gastos dos planos de reconstrução e desenvolvimento do país, sendo que acabou de sair de uma guerra civil (1967 – 1970). Portanto, buscava o desenvolvimento rápido do seu setor industrial além da procura de ajuda técnica e financeira para alcançar isso.¹⁶ Assim, o seu mercado ficou ainda mais atrativo para a venda de produtos manufaturados como os bens de equipamentos.

Vale destacar, aqui, que foi negociado, em 1979, durante a visita do Vice Presidente da Nigéria, General Shehu Yar’Adua, ao Brasil, o fornecimento de petróleo

¹³ PENNA FILHO, Pio. O Brasil e a África do Sul: O Arco Atlântico da Política Externa Brasileira (1918 – 2000). Porto Alegre: FUNAG/MRE, 2008. p. 114

¹⁴ PROCÓPIO, Agemiro. *Brasil: Parceiras Estratégicas*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2003. p. 168.

¹⁵ PENNA FILHO, Pio. O Brasil e a África do Sul: O Arco Atlântico da Política Externa Brasileira (1918 – 2000). Porto Alegre: FUNAG/MRE, 2008. p. 118.

¹⁶ ASOBIE, Assisi. H. Nigeria: Economic Diplomacy and National Interest – An Analysis of the Politics of Nigeria’s External Economic Relations. In: OGWU, Joy & OLUKOSHI, Adebayo, *The Economic Diplomacy of the Nigerian State*. Lagos: Frankad Publishers, 2002. p. 55.

em torno de 20 mil barris por dia para o Brasil, enquanto a Nigéria, por sua vez, aumentaria as suas exportações de produtos alimentícios, têxteis, materias de construção e serviços da área de engenharia civil como forma de pagamento por esse fornecimento de petróleo¹⁷. A forma de pagamento entre esses países nesse período tratados aqui foi “o Counter Trade”, princípio de comércio que envolvia o uso de troca de produtos.¹⁸

A década de oitenta também foi marcante nas relações entre a Nigéria e o Brasil. Ocorreu uma grande queda nos preços de petróleo, resultado da produção excessiva do produto, e já apresentava indícios de preço altíssimo na década de setenta. Dessa maneira, a consequência foi um grande excesso do produto no mundo, o que implicou queda drástica do preço desse produto e também a receita cambial dos países produtores dele, a Nigéria sendo um desses países.

Vale destacar que as expectativas do Governo nigeriano de uma continuação dos altos superávits resultado dos preços altos do petróleo na década anterior (70) presenciaram a realização de empréstimos no exterior (FMI) para financiar os orçamentos governamentais, assim como aumentos nos gastos públicos tanto para consumo, quanto para seus ambiciosos projetos de investimento. Assim, ao contrário das expectativas de uma renda muito alta que poderia sustentar essa expansão nos gastos públicos, o excesso da produção de petróleo e a queda pela demanda desse produto no início da década de 80 tiveram implicações graves de endividamento externo para o país nigeriano. Entretanto, outro fator importante além desses fatores domésticos que causou o endividamento externo de muitos países em desenvolvimento foi a influência do sistema bancário internacional nesta década. Conforme Perry Anderson, essa “dívida do Terceiro Mundo’ arrastou com um grilhão e serviu de arma para arrancar à liberalização, à desregulamentação, à privatização e à ‘desnacionalização’ do capital em países que se haviam engajado na via do desenvolvimento industrial autônomo”.¹⁹

Dessa forma, pode-se dizer que a situação do Sistema Internacional nesse período, o endividamento externo dos dois países, assim como as crises mundiais do petróleo das décadas de 70 e 80 são fatores que tiveram grande influência no Intercâmbio comercial Brasil-Nigéria causando grandes flutuações no fluxo. Outro fator

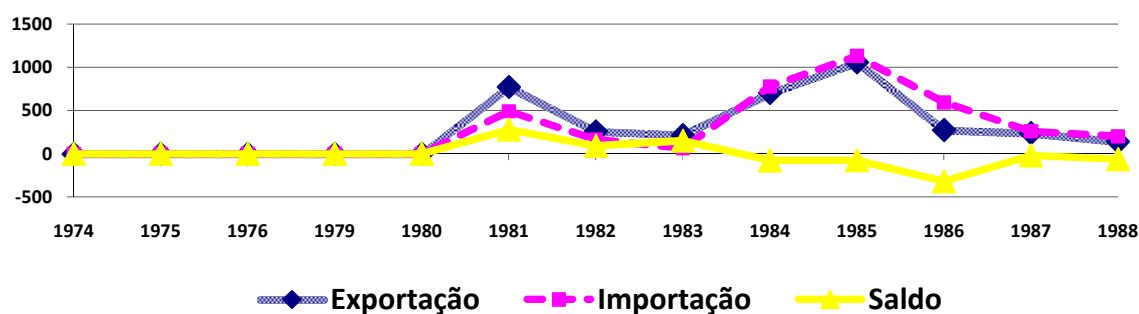
¹⁷ Folha de São Paulo, 10 de jan. 1979. Nigéria, o maior parceiro do Brasil no 3º mundo.

¹⁸ OGWU, Joy U. & OLANIYAN, R. Counter Trade and Economic Development in Developing Countries. In “*Nigeria’s International Economic Relations: Dimensions of Dependence and Change*”. Printserve Limited, Lagos, 2005, p. 149.

¹⁹ ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo.(org) *Pósneoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9.

que vale ressaltar foi o cancelamento do sistema bilateral de trocas “Counter Trade” que os dois países praticavam como alternativa para superar as barreiras protecionistas e as dificuldades de refinanciamento de suas contas comerciais quando a Nigéria aceitou o Programa de Ajustamento Estrutural em 1986 sendo um dos termos impostos pelo FMI para a implementação do programa.²⁰ A consequência disso foi a queda drástica no intercâmbio comercial entre os países a partir de 1986, pois a quantidade das suas exportações e importações reduziram radicalmente devido ao cancelamento desse sistema bilateral de trocas de produtos. Portanto, vale ressaltar que ambos os fatores domésticos e externos tiveram grande influência nas relações comerciais desse período.

Estrutura do Intercâmbio Brasil-Nigéria 1974 – 1988 (em US \$ 1 milhão FOB).



Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, MDIC.²¹

Para corrigir os déficits constantes na sua balança comercial com a Nigéria, no período anterior (1965 – 1973), o governo brasileiro buscou maior penetração no mercado nigeriano. Os resultados positivos para o Brasil, pois, a partir dos anos 1974 até 1983, o fluxo de comércio Nigéria-Brasil presenciou um intercâmbio comercial com superávit para o Brasil.²² Assinale-se a importância do uso de “Countertrade”, que é a justificativa pelo alto incremento nas exportações e importações brasileiras em 1980 e 1981, e fazia parte da missão do Vice Presidente da Nigéria, General Shehu Yar’Adua, no Brasil, em 1979.

Porém, percebe-se que houve uma queda no valor das exportações e importações totais em 1982 e 1983. As razões por trás disso foram o alto preço do petróleo

²⁰ ASOBIE A. H. Economic Diplomacy and National Interest . In: OGWU U.J & OLUKOSHI, A. “*The Economic Diplomacy of the Nigerian State*”.NIIA, Lagos, 2002, p. 68.

²¹ Os valores encontrados neste site foram deflacionados usando um índice de preços adequado. A lista de “Exportação-Preço-Índice (1850 – 2010) do site da IPEADATA, e a lista de “Commodities-Petróleo-Cotação Internacional (1952 – 2010) do site do FMI foram utilizados. Estão medidas em dólares constantes de 1990.

²² OGWU, Joy U. “Nigeria and Brazil”. In: OLUKOSHI, G.O. & AKINDELE, R.A. “*Nigeria’s External Relations: The First 25 years*”.University Press Limited, Ibadan, 1986, p. 388.

nigeriano, que fez com que o Brasil reduzisse suas importações de petróleo da Nigéria,²³ além de outros fatores como a adoção de barreiras às importações através da suspensão da carta de crédito, em razão da queda drástica da receita cambial com as suas vendas de petróleo.²⁴ Mesmo assim, as expectativas de grandes negócios na área de construção civil na Nigéria, que estava construindo uma nova capital, e também os interesses de empresas brasileiras no país, que precisavam manter esse sistema de escambo, induziram a uma viagem de missão empresarial para a Nigéria, em 1983, na tentativa de reiniciar essa linha de financiamento entre eles (o Countertrade).²⁵ Falando dessa missão no VI Encontro Nacional dos Exportadores em abril de 1982, Roberto Fonseca, diretor da Cotia Trading, declarou que “se a Petrobras não pretende importar nada, essa missão é inócua”.²⁶ Isto mostra a importância das importações de petróleo no intercâmbio Brasil-Nigéria não somente para o Brasil, que mesmo com o preço muito alto sabia que não podia fazer negócios com a Nigéria sem a compra desse produto, mas, também, para a Nigéria, que exigia a troca desse produto para financiar os seus projetos de investimentos, orçamentos e gastos públicos. Além disso, revela-se também a importância do sistema de “Countertrade” para o sucesso desse intercâmbio.

É importante apontar que, a partir de 1981, o petróleo tornou-se o principal produto das exportações e importações brasileiras. Assim, o país importava óleo bruto da Nigéria e lhe exportava gasolina refinada. Isto explica o aumento na quantidade das exportações e importações brasileiras entre os anos 1980 a 1981 e 1983 a 1986. Embora a estratégia de aumentar a quantidade de produtos manufaturados de “*tropical technology*” tivesse feito sucesso no intercâmbio comercial entre os anos 1974 a 1983, a partir de 1983, este saldo superávit tornou-se deficitário até 1986. Assim, podemos concluir que os dois grandes períodos de relações comerciais (1980 – 1982 e 1983 – 1986) ocorreram, principalmente pelo uso do sistema de troca, o Countertrade, sendo que foi essa a linha de financiamento que possibilitou a troca de altos valores no intercâmbio entre os dois países. A partir de 1986, houve mais uma queda drástica nas exportações e importações brasileiras da Nigéria, devido ao cancelamento do sistema de “Countertrade”. O instrumento utilizado para superar as dificuldades de refinanciamento de suas contas comerciais foi cancelado pela Nigéria, quando aceitou os termos impostos pelo FMI para o empréstimo solicitado neste ano.

²³ O Globo, Domingo, 10 de novembro de 1982.

²⁴ Gazeta Mercantil, 19 de abril de 1982.

²⁵ Ibid

²⁶ Ibid

1.3 TERCEIRO PERÍODO (1989 – 2000): VALORES BAIXOS

O que se percebe na década de noventa é que os Governos brasileiros nesse período perderam interesse nas relações com a África, privilegiando as relações com os países avançados. A dívida externa desses países africanos, a relativa redução da importância deles na balança comercial brasileira,²⁷ entre outros motivos, fez parte dessa falta de interesse. Mesmo assim, durante o Governo do Presidente Fernando Henrique percebeu-se a prioridade dada para a criação do MERCOSUL, atitude que serviria de base para as Relações Sul-Sul em relação com a África durante o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.²⁸

A Nigéria também privilegiou as relações com os países avançados, principalmente os ocidentais, consequência da aceitação do Programa de Ajustamento Estrutural do FMI em 1986 e a sua inserção no Sistema Financeiro Internacional nesse período,²⁹ até 1993. A crise de o Governo Militar de Sani Abacha contra os direitos humanos, (1993 – 1998), que fez com que a Nigéria recebesse sanções no Sistema Internacional, o grande endividamento externo do país nessa época, e o fracasso do Programa de Ajustamento Estrutural (S.A.P.), programa concebido pelo F.M.I e o Banco Mundial empregado pelo Governo Militar anterior,³⁰ são fatores importantíssimos para as relações comerciais nigerianas desta década. Após receber sanções no Sistema Internacional, que provocou uma diminuição grande no número de parceiros do país nigeriano, e, portanto, uma queda grande na sua renda, o novo Governo Militar decidiu procurar novos parceiros entre os países do Oriente Médio e da Ásia Ocidental fortalecendo assim vínculos econômicos e comerciais com esses países. O objetivo era obter investimento, assistência financeira, técnica e econômica, perdida através das sanções e a saída dos seus parceiros tradicionais.³¹

²⁷ OLIVEIRA, Henrique A. “Política Externa Brasileira e Relações Comerciais Brasil-África”. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987, p. 242.

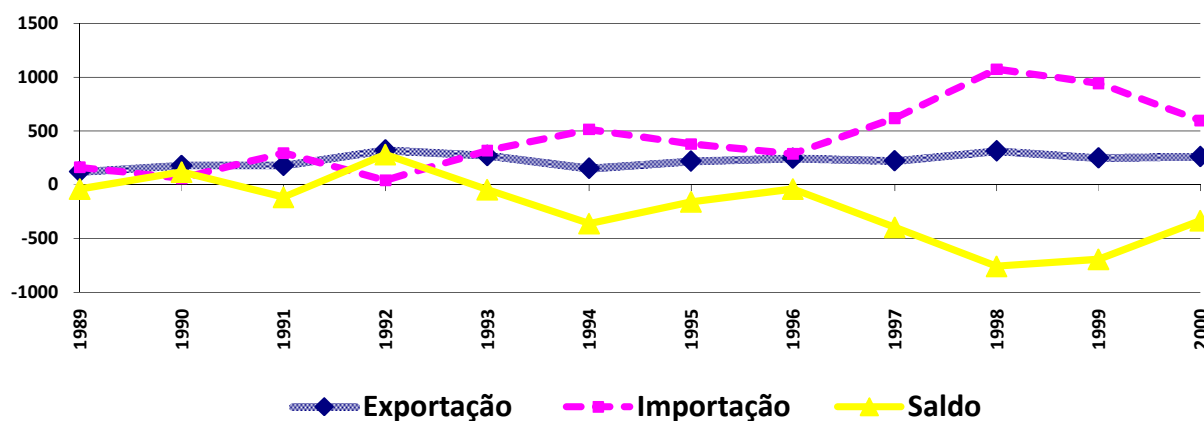
²⁸ HIRST, Monica e PINHEIRO, Leticia. “A Política Externa do Brasil em dois tempos”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 38, nº 1, 1995.

²⁹ OGWU, J.U. & OLUKOSHI, A. Nigeria’s Economic Diplomacy: Some Contending Issues. In: OGWU U.J & OLUKOSHI, A. “*The Economic Diplomacy of the Nigerian State*”. NIIA, Lagos, 2002, p. 21.

³⁰ SANUSI, O.S. Abacha’s Economic Diplomacy and New Economic Partner’s (A Shift from West to Middle East-Asian Nations (1993 – 1998). NIIA, Lagos, 1998, p. 9.

³¹ *Ibid.* p. 9.

Estrutura do Intercâmbio Brasil-Nigéria 1989 – 2000 (em US \$ 1 milhão FOB).



Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, MDIC.³²

Este período apresenta valores muito baixos, se comparado ao período anterior, das exportações e importações brasileiros da Nigéria, devido ao cancelamento do uso de “CounterTrade” nas suas relações comerciais. Portanto, o período reflete uma queda no valor total das suas exportações e importações, uma vez que a ausência deste sistema de troca de produtos dificultava o financiamento do pagamento de produtos exportados para a Nigéria. Vale lembrar que o Countertrade envolveu o uso de petróleo como pagamento dos produtos exportados pelo Brasil.

O petróleo representa, ainda, um produto de alta importância para o Brasil. Apesar do crescimento da produção interna desse produto e o uso de outras fontes alternativas, o Brasil continuou dependendo da importação da commodity para manter as necessidades crescentes da sua produção interna.³³ Assim, embora o valor das exportações nesse período seja contínuo, numa tendência de fluxo menos oscilado e mais estável com crescimento gradual, as importações apresentaram volatilidade nos seus valores.

É interessante anotar que durante o Governo Itamar Franco, que apresentava uma “*volta tímida à política externa brasileira porém dando prioridade aos países de língua oficial portuguesa e a região da África Austral*”³⁴, ocorreu um crescimento sutil

³² Os valores encontrados neste site foram deflacionados usando um índice de preços adequado. A lista de “Exportação-Preço-Índice (1850 – 2010) do site da IPEADATA, e a lista de “Commodities-Petróleo-Cotação Internacional (1952 – 2010) do site do FMI foram utilizados. Estão medidas em dólares constantes de 1990.

³³ OLIVEIRA, Henrique A. “Política Externa Brasileira e Relações Comerciais Brasil-África”. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987, p. 241.

³⁴ ZANI, Alexandre Patera. As Relações Comerciais entre Brasil – Angola – África do Sul, face ao processo da integração da SADC e na CEEAC. Tese de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 180.

nas importações brasileiras da Nigéria, com uma queda nas suas exportações. Dessa maneira, o valor das exportações totais, que já estava muito baixo no início do governo, caiu ainda mais durante o mandato de Itamar, trazendo um saldo deficitário ao país.

Porém, a partir do Governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, o valor das exportações e importações brasileiras apresentou índices crescentes, com as importações bem maiores. Isso provocou um aumento no seu saldo deficitário com o país nigeriano. O que é interessante notar é que, conforme os dados acima, o governo de Fernando Henrique Cardoso, que apresentava uma perda de atrativos nos intercâmbios entre o Brasil e a África assim como na agenda brasileira de sua política exterior,³⁵ teve mais relações comerciais com a Nigéria do que no governo anterior de Itamar Franco, que demonstrava mais interesse pela África na sua política externa.

De qualquer maneira, embora o valor total do intercâmbio Brasil-Nigéria seja muito baixo nesse período, ele ainda apresenta índices mais altos de importações do que exportações, afirmando a vulnerabilidade do Brasil no abastecimento de hidrocarbonetos.

1.4 QUARTO PERÍODO (2001 – 2010): VALORES E FLUXO ALTO

Com a redemocratização do país nigeriano, em 1999, o novo governo reconheceu a profunda instabilidade econômica do país, com uma estrutura passando por um declínio persistente e as infraestruturas sociais em ruínas. O país estava afundado em dívidas, o setor privado estava fraco e havia uma crescente dependência por produtos importados.³⁶ Por isso, com o objetivo de superar essas dificuldades domésticas, a prioridade do país nigeriano, no começo do governo democrático em 1999, era melhorar a economia, trazer investimento, industrialização e desenvolvimento ao país, assim como corrigir a sua imagem no Sistema Internacional³⁷. Desse modo, lançou o “*The Nigerian Economic Policy, 1999 – 2003*” para alcançar estes objetivos.³⁸ É muito importante apontar, aqui, o ressurgimento da busca pela transferência de conhecimento, técnicas cooperativas e treinamento, além de investimento e relações bilaterais bem sucedidas pelo Governo Nigeriano para alcançar essas metas, elementos

³⁵ Ibid. p. 186.

³⁶ OMOWEH, D.A. Post-Adjustment Nigerain Economy. In: “*The Economic Diplomacy of the Nigerian State*” NIIA, Lagos, 2002. p. 212.

³⁷ ADENIJI O. “Costs and Dividends of Foreign Policy” *Foreign Policy in Nigeria’s Democratic Transition*. PAC, Abuja, 2005, p. 25.

³⁸ OMOWEH, D.A. Post-Adjustment Nigerain Economy. In: “*The Economic Diplomacy of the Nigerian State*” NIIA, Lagos, 2002. p. 212.

considerados componentes dentro da estrutura da Cooperação Sul-Sul, discurso importante dentro das Relações Sul-Sul.

Reconhecendo também a complexidade do Sistema Internacional, com o uso de “*Economic Diplomacy*”³⁹ como ferramenta principal da sua política externa, fez um redirecionamento dessa⁴⁰, procurou fortalecer vínculos comerciais com aqueles países que perdeu como parceiros estratégicos durante o Governo Militar anterior (1993 a 1998) e buscou novos parceiros estratégicos. Vale destacar aqui que uma das definições de “*Economic Diplomacy*” é a política externa nigeriana ter por sua maior prioridade a realização dos objetivos econômicos do país com a finalidade de trazer desenvolvimento e crescimento econômico.⁴¹

Por conseqüência, sob o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Presidente da Nigéria, Olusegun Obasanjo, fez uma visita ao Brasil, em abril de 1999, para promover uma nova imagem do país nigeriano e buscar uma reaproximação entre os dois países. Nessa visita, foi discutido um aumento nas relações comerciais entre os dois países e a organização de uma missão empresarial à Nigéria para reverter o saldo negativo para o Brasil de US\$300 milhões na balança comercial Brasil-Nigéria.⁴²

Porém, somente no governo Luiz Inácio Lula da Silva que se percebe uma aproximação entre a Nigéria e o Brasil no âmbito das relações comerciais e de cooperação. Vale destacar que durante esse governo houve uma maior aproximação do Brasil com a África⁴³

Para entender melhor a definição dos seus interesses geopolíticos, é preciso conhecer a inserção internacional do país brasileiro, pois é isso que determina a escolha de parceiros estratégicos entre os países do Sul; portanto, do continente africano. Uma avaliação crítica dos efeitos do neoliberalismo e das relações brasileiras com os países desenvolvidos, já no final do governo Fernando Henrique, trouxe uma alteração da visão da inserção internacional do Brasil no primeiro mandato do presidente Lula. Resultado disso foi a busca por parceiros estratégicos do Sul, no Sistema Internacional,

³⁹ “*Economic Diplomacy*”: Este é o uso da diplomacia das relações internacionais e a política externa para realizar os interesses domésticos e econômicos da Nigéria.

⁴⁰ AGBU O. “The 1999 Constitution and Nigeria’s Foreign Policy” in, *Nigerian Forum*, NIIA, Lagos, may/june 2003, p. 127.

⁴¹ ASOBIE A. H. *Economic Diplomacy and National Interest*. In: OGWU U.J & OLUKOSHI, A. “*The Economic Diplomacy of the Nigerian State*”. NIIA, Lagos, 2002, p. 48.

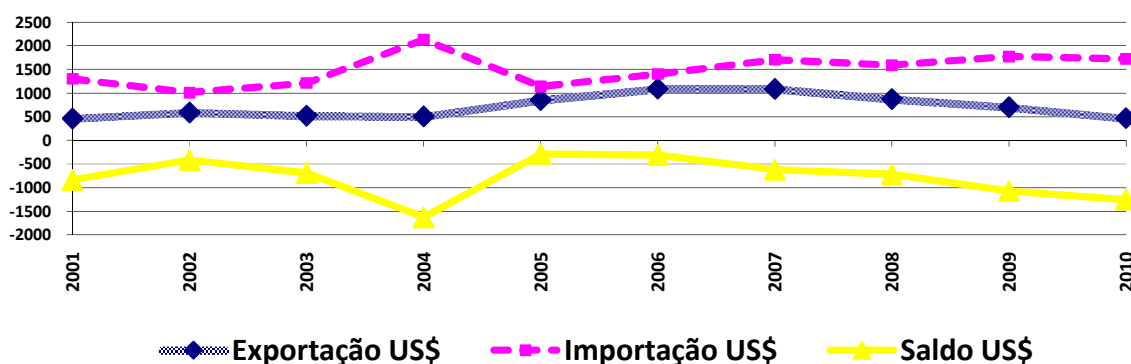
⁴² Portas Abertas para a Nigéria. *Jornal do Brasil*. 06, abril, 1999.

⁴³ MOURÃO, F., CARDOSO, F. & ALTEMANI, H. As relações Brasil-África: de 1990 a 2005. In: ALTEMANI, H. & LESSA, A. “*Relações Internacionais do Brasil: Temas e AgendaS*” v. 1. São Paulo: Saraiva, 2006.

com “interesses semelhantes e se disponham a resistir às imposições das potências dominantes”⁴⁴ Para tanto, a diplomacia do governo brasileiro articulou-se em torno da revitalização e ampliação do Mercosul; a intensificação da cooperação com a América do Sul e com os países africanos; “relações maduras” com os Estados Unidos; importância das relações bilaterais com potências regionais como China, Índia, Rússia e África do Sul e ampliação do número de membros permanentes no Conselho das Nações Unidas”.⁴⁵ Neste sentido, percebe-se a inserção brasileira no continente africano para atingir os objetivos traçados acima.

Em relação ao intercâmbio comercial entre a Nigéria e o Brasil, para estimular suas relações, cerca de US\$84 milhões da dívida de US\$151 milhões do país nigeriano com o Brasil foram perdoados pelo presidente Lula quando da visita oficial quando esse fez à Nigéria em 2005, e o resto foi pago pelo governo nigeriano. O ato foi um estímulo para as relações comerciais entre os dois países.

Estrutura do Intercâmbio Brasil-Nigéria 2001 - 2010 (em US \$ 1 milhão FOB).



Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, MDIC.⁴⁶

Com relação às importações brasileiras nesse período, o gráfico acima do intercâmbio comercial mostra um incremento nas suas relações comerciais entre 2003 e 2005, início do governo do Lula. O crescimento sofre uma queda em 2005, mas é interessante observar que o pagamento da dívida nigeriana ao Brasil, em 2005, cujo propósito era estimular o intercâmbio comercial entre eles teve bons resultados porque houve um aumento nas importações e exportações brasileiras. Embora ocorra mais uma

⁴⁴ LIMA, Maria R. A Política Externa Brasileira e os Desafios da Cooperação Sul-Sul. *Rev. Bras. Polít. Int.* 48 (1): 2005. p.11.

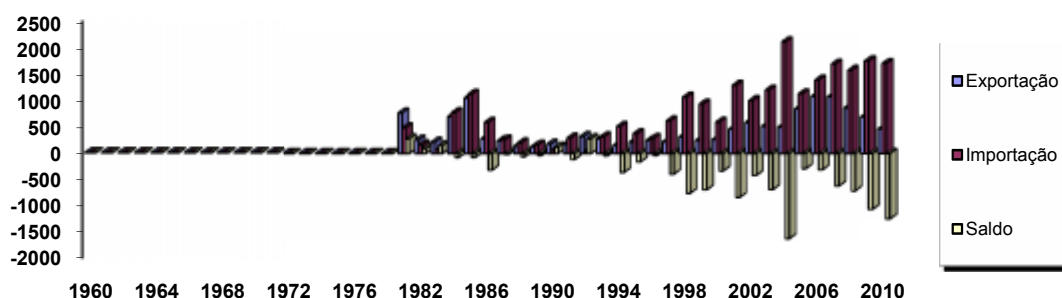
⁴⁵ *Ibid.* p. 12.

⁴⁶ Os valores encontrados neste site foram deflacionados usando um índice de preços adequado. A lista de “Exportação-Preço-Índice (1850 – 2010) do site da IPEADATA, e a lista de “Commodities-Petróleo-Cotação Internacional (1952 – 2010) do site do FMI foram utilizados. Estão medidas em dólares constantes de 1990.

queda em 2008, o ano de 2009 foi de retomada do crescimento dessas importações. É importante apontar que o valor mais alto das importações brasileiras a partir de 1960 quando começou as relações comerciais com a Nigéria ocorreu nesse período, 2004⁴⁷. Comparado com períodos anteriores, o valor mais alto nesses períodos anteriores foi em 1985.⁴⁸

As exportações brasileiras mostram um aumento também, porém muito fraco se comparado com as importações. O aumento do fluxo das exportações foi mais constante e gradual, não obstante com uma queda sutil nos anos de 2009 e 2010. Ao comparar valores desse período com os dos períodos anteriores, percebe-se também que o valor mais alto de exportações desde o início das relações entre os dois países se encontra aqui, entretanto, não tão alto quanto o das importações. O ano de 2004 teve o maior valor e o único ano que chega perto desse valor é o de 1985, durante o uso de Countertrade⁴⁹. Esse período termina com um saldo desfavorável para o Brasil.

Quadro Completo do Intercâmbio Comercial Brasil-Nigéria (1960 – 2010) (em US \$ 1 milhão FOB).



Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, MDIC.⁵⁰

Este gráfico mostra o intercâmbio Brasil-Nigéria desde a independência do país nigeriano (1960) até os dias atuais (2010). O início desse intercâmbio trata-se, na realidade, de uma participação insignificante. Nota-se que os primeiros altos valores de exportações e importações brasileiras (1980 a 1982 e 1983 a 1986) ocorrem num momento em que os dois países usavam o “Countertrade” como a linha de

⁴⁷ Segundo valores constantes medidas em dólares constantes de 1990.

⁴⁸ Segundo valores constantes medidas em dólares constantes de 1990.

⁴⁹ Segundo valores constantes medidas em dólares constantes de 1990

⁵⁰ Os valores encontrados neste site foram deflacionados usando um índice de preços adequado. A lista de “Exportação-Preço-Índice (1850 – 2010) do site da IPEADATA, e a lista de “Commodities-Petróleo-Cotação Internacional (1952 – 2010) do site do FMI foram utilizados. Estão medidas em dólares constantes de 1990.

financiamento de intercâmbio, sendo que era um sistema de troca do petróleo nigeriano por produtos brasileiros. O que é interessante apontar que, embora o valor corrente de importações brasileiras em 1985 seja de 1,3 US \$ bilhão, valor muito baixo do que o dos dias atuais (2008 = 6,7 US\$ bilhão), esse valor de 1985 foi o mais alto (10,3%) no intercâmbio Brasil-Nigéria de 1960 - 2010⁵¹. Isto mostra o crescimento na renda da balança comercial brasileira como um todo.

Com o cancelamento do “Countertrade”, em 1986, os valores de intercâmbio Brasil-Nigéria caem de novo para valores muito insignificantes, mas só até o início de 1998, quando começam a aumentar. Assim, as importações progredem mais rapidamente do que as exportações trazendo saldos deficitários ao país brasileiro. No período analisado, apenas as importações brasileiras mostram crescimento significativo atingindo um índice de 3,26% em 2010, enquanto as exportações apresentam um índice muito insignificante de 0,43% (2010). Assim, o intercâmbio Brasil-Nigéria como um todo é deficitário tendo um saldo superávit para o país nigeriano. É importante salientar que o aumento no valor das exportações e importações brasileiras ocorre no período que marca a redemocratização do país nigeriano (1999), e, portanto, a sua busca para renovar relações com parceiros comerciais. Esse período também marca a redefinição da estratégia de inserção internacional do Brasil, e, a partir de 2000, os valores de exportações e importações aumentam ainda mais, sobretudo no governo Lula.

1.6 CONCLUSÃO: INTERCÂMBIO BRASIL-NIGÉRIA

O intercâmbio Brasil-Nigéria mostra o quadro de relações comerciais entre um país africano e o Brasil e revela as limitações dessas relações de modo patente também. Imagina-se como seriam essas relações comerciais se o petróleo não fizesse parte desse intercâmbio. Acreditamos que, sem o petróleo, as exportações e importações brasileiras teriam valores insignificantes, uma vez que a commodity é o principal produto das importações e exportações. Esta observação é muito pertinente, quando se pensa não só no expressivo crescimento das atuais importações brasileiras da Nigéria, mas igualmente sua vulnerabilidade frente aos problemas domésticos, as crises financeiras do sistema internacional e as crises mundiais de petróleo. Essas dificuldades produzem, conseqüentemente, oscilações constantes e nos momentos mais críticos, seja no setor interno ou no externo, quedas que indicam instabilidade no relacionamento das relações

⁵¹ Veja anexo. Os valores correntes.

comerciais. Dessa forma, isto traz reflexões e dúvidas com relação ao funcionamento das relações comerciais entre esses dois países, sobretudo para as relações Sul-Sul.

Esse intercâmbio mostra a necessidade do estabelecimento de uma complementaridade ou de um equilíbrio maior na balança comercial dos dois países, por parte do Brasil porque precisa procurar uma pauta de produtos nigerianos que fosse de interesse comercial dos exportadores brasileiros, pois é só dessa maneira que conseguiria inverter a situação do seu saldo deficitário. Com isso, em termos de balança comercial, precisa adotar medidas fiscais e administrativas com vistas a intensificar a promoção de exportação para a Nigéria. Por parte da Nigéria, embora esteja com superávit, a constituição das suas exportações para o Brasil demonstra a importância de diversificar seus produtos exportados, uma vez que é principalmente “óleo bruto”, e também a importância de ela ter um perfil industrial.

Porém, se, por um lado, as relações comerciais com o Brasil representam relações comerciais alternativas, embora insuficientes, elas também reforçam a dependência do país nigeriano nas suas exportações de óleo bruto, a necessidade de construir um perfil industrial e diversificar a sua pauta de exportações. Dessa maneira, embora essas relações comerciais atendam aos interesses específicos dos dois países, também reforçam a assimetria entre suas respectivas economias, uma vez que a Nigéria continua sendo principalmente um fornecedor de produtos básicos (óleo bruto), enquanto a pauta das importações brasileiras seja principalmente desse produto que precisa para a sua expansão industrial e a pauta das suas exportações, mesmo sendo de valores menores, sejam principalmente produtos manufaturados. Dessa maneira, aproveitando dessas relações com a Nigéria para continuar o seu objetivo de desenvolvimento econômico.

2 ANÁLISE DOS ACORDOS ENTRE O BRASIL E A NIGÉRIA

Quadro dos acordos bilaterais em vigor entre o Brasil e a Nigéria.

	Título	Data de Celebração	Entrada em Vigor	Promulgação	
				Decreto N ^o	Data
1	Memorando de Entendimentos sobre Transportes Aéreos Brasil-Nigéria.	20/05/1977	20/05/1977		
2	Acordo sobre a Criação de uma Comissão Mista de Coordenação.	10/01/1979	10/01/1979		
3	Acordo, por Troca de Notas, sobre Rádio e Televisão.	10/01/1979	10/01/1979		
4	Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica.	10/01/1979	02/08/1983	88928	27/10/1983
5	Acordo de Amizade, Cooperação e Comércio.	10/01/1979	10/01/1979		
6	Acordo Brasil-Nigéria sobre Serviços Aéreos entre seus Respetivos Territórios e Além.	10/01/1979	18/10/1991	336	11/11/1991
7	Protocolo sobre Agricultura	17/11/1983	09/12/1983		
8	Memorando de Entendimento Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum	08/11/2000	08/11/2000		
9	Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Saúde	03/03/2004	03/03/2004		
10	Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura	12/04/2005	12/04/2005		
11	Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço	06/09/2005	10/11/2008		

Fonte: MRE⁵²

O Memorando assinado entre o Brasil e a Nigéria, em 1977, se deu durante a visita do Chanceler Nigeriano Joseph Garba no Brasil. O objetivo da visita foi a proposta de venda de petróleo ao Brasil.⁵³ Segundo o depoimento do embaixador nigeriano dessa época Olajide Alo, o estabelecimento de uma linha aérea (VARIG) direta do Rio de Janeiro para Lagos⁵⁴, em abril deste ano, facilitaria a intensificação das

⁵² Ministério das Relações Exteriores (MRE)

⁵³ Folha de São Paulo, 24 de maio de 1977.

⁵⁴ Capital da Nigéria nessa época.

relações comerciais entre os dois países.⁵⁵ Assim podemos dizer que esse memorando demonstra os interesses comerciais por parte do país nigeriano e também brasileiro.

Os cinco acordos assinados em 1979 são importantíssimos para as relações bilaterais entre o Brasil e a Nigéria. Foram assinados durante a visita do vice-presidente da Nigéria General Shehu Yar'Adua no Brasil, em janeiro de 1979. O primeiro acordo tem a finalidade de promover atividades que visem à cooperação técnica, econômica, comercial, científica e cultural entre eles;⁵⁶ o segundo, propôs o intercâmbio de programas culturais, científicos, jornalísticos, e o estágio de pessoal;⁵⁷ o terceiro, a implantação de indústrias e empreendimentos indústrias, comerciais e técnicos, estudos geológicos, petróleo e agricultura;⁵⁸ o quarto, o estabelecimento de um programa de benefício mútuo na expansão das suas relações comerciais, econômicas, culturais, científicas e políticas;⁵⁹ e o último, prevê a inclusão de vôos do Rio de Janeiro ou São Paulo para Lagos ou Kano.⁶⁰ É muito importante salientar que o sistema de troca de “Countertrade” foi negociado nessa visita, sendo que o acordo era do fornecimento de 20 mil barris diários de petróleo pela Nigéria pela exportação de gêneros alimentícios como soja, açúcar, arroz e outros produtos, pelo Brasil.⁶¹ Esses acordos revelam as motivações e os interesses comerciais dos dois lados.

Na análise desses acordos assinados em 1979, percebe-se que não há uma divisão distinta entre os acordos comerciais e os acordos de cooperação técnica Sul-Sul. Vale ressaltar, também, que os anos seguintes após a assinatura desses acordos (1980 e 1981) presenciaram os primeiros altos valores de exportações e importações nas suas relações comerciais, sendo que foi o início do uso de Countertrade entre eles.

Em novembro de 1983, o protocolo sobre agricultura foi assinado durante a visita do presidente do Brasil, João Figueiredo, à Nigéria. Principais objetivos a serem resolvidos durante essa visita foram a paralisação do sistema de Countertrade entre os dois países devido à adoção de barreiras às importações pela Nigéria em razão da queda drástica de receita cambial com as suas vendas de petróleo. Portanto, a Petrobras suspendeu o embarque de petróleo proveniente da Nigéria, pois considerou o preço do produto muito alto. Além disso, outro objetivo foi a abertura de um novo leque de

⁵⁵ Estado de São Paulo, 20 de março de 1977.

⁵⁶ MRE

⁵⁷ Folha de São Paulo, 11 de janeiro, 1979.

⁵⁸ MRE

⁵⁹ MRE

⁶⁰ MRE

⁶¹ Folaha de São Paulo, 11 de janeiro de 1979.

oportunidades comerciais e de construção civil por meio da construção de uma nova capital em Abuja, Nigéria.⁶² Nessa ocasião, foi renovado o sistema de Countertrade sendo que o Brasil aumentou as suas compras de petróleo para 50 mil ou 60 barris por dia, enquanto a Nigéria fazia importações de produtos brasileiros como pagamento. Após essa negociação, vimos um novo incremento nas relações comerciais entre os anos 1983 a 1986.⁶³

Os outros acordos assinados entre 2000 e 2005 também ocupam um momento importante na história das relações bilaterais entre o Brasil e a Nigéria, principalmente porque a chegada da redemocratização na Nigéria em 1999, e o uso de “Economic Diplomacy”⁶⁴ como principal ferramenta do governo nigeriano, fez com que o país procurar se aproximar de seus parceiros comerciais, sobretudo daqueles que haviam perdido durante o regime militar anterior. Dessa forma, uma visita do Olusegun Obasanjo foi feita ao Brasil, em abril de 1999, com o objetivo de fortalecer as relações comerciais entre os dois países. É neste contexto que se explica o Memorando de entendimento relativo a consultas sobre assuntos de Interesse Comum, que foi assinado em 2000. Porém, houve um maior fortalecimento nas relações comerciais e na assinatura de acordos entre o Brasil e a Nigéria durante os mandatos do Presidente Lula.

Além disso, outra razão para a recuperação das relações comerciais nesse período foi o pagamento de US\$67,29 milhões da dívida externa da Nigéria ao Brasil para ampliar negócios entre eles em 2005. Entretanto, isto serviu para revigorar as suas relações comerciais. De fato, o ano de 2008 marcou o valor mais alto nas importações brasileiras da Nigéria (US\$6,7 bilhões), assim como nas exportações brasileiras para a Nigéria (US\$1,5 bilhões)⁶⁵.

Os dois protocolos da cooperação técnica Sul-Sul (saúde e agricultura) também se destacaram aqui por não incluir cooperação econômica ou comercial nos seus conteúdos, mesmo sendo negociados num período de fortalecimento das relações comerciais entre os dois países.

⁶² Gazeta Mercantil, 19 de abril de 1982.

⁶³ MDIC

⁶⁴ Diplomacia Econômica

⁶⁵ Veja anexo, valor corrente.

2.1 CONCLUSÃO: ANÁLISE DOS ACORDOS

A análise dos acordos bilaterais entre o Brasil e a Nigéria demonstra que há mais foco nas atividades comerciais entre esses países do que na cooperação técnica Sul-Sul. O enfoque dos acordos das suas relações bilaterais parece ocorrer na área de comércio. Existem poucos acordos de cooperação técnica entre eles. Entre os 11 acordos bilaterais, seis são de cooperação. Porém, mesmo entre esses acordos, dois, de 1979, têm relações econômicas e comerciais incluídas.

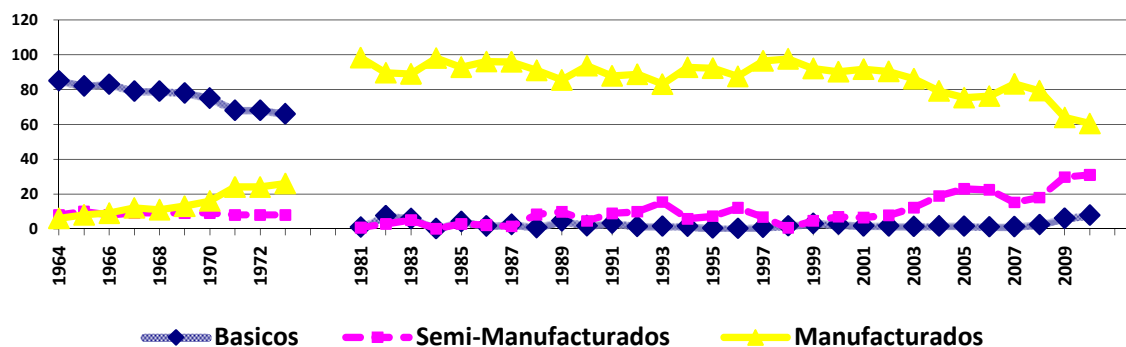
Continuando nessa abordagem, os quatro acordos restantes de cooperação técnica (agricultura (2), saúde e na rádio e televisão) foram assinados em período estratégico para a ampliação das relações comerciais entre o Brasil e a Nigéria. O acordo de troca de notas sobre rádio televisão foi assinado em 1979, enquanto o protocolo sobre agricultura em 1983, anos que denotam o uso de Countertrade entre eles. Os acordos de cooperação técnica nas áreas de agricultura e saúde foram assinados em 2004 e 2005, quando houve uma revigoração de relações comerciais. Segundo Alpha Diallo, os acordos assinados entre o Brasil e a Nigéria, em 2005, tiveram por finalidade o incremento do comércio entre eles, pois abririam a oportunidade de concessão de uma linha de crédito à Nigéria para o financiamento em investimentos e exportações através da PROEX.⁶⁶ Além disso, segundo o mesmo autor, a celebração desses acordos, em 2005, também marcou o tempo em que houve uma concessão do direito em negociar, sem intermediário, o petróleo e outros produtos combustíveis à empresa brasileira (a Petrobras).⁶⁷ Com relação ao objetivo da nossa análise dos acordos bilaterais entre o Brasil e a Nigéria, concluímos que esses acordos se concentram no comércio sendo que há mais atividades no âmbito das suas relações comerciais do que no âmbito da cooperação técnica para o desenvolvimento. Finalmente, diríamos que essa análise demonstra a identificação de oportunidades mútuas por cada país e as suas ações de aproveitamento dessas oportunidades para realizar seus interesses nacionais. Portanto, podemos dizer que existe um engajamento mútuo entre os governos desses dois países nas suas relações comerciais.

⁶⁶ DIALLO, Mamodou Alpha. Relações Comerciais entre o Brasil e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental – CEDEAO. Anais do II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas” (UNESP, UNICAMP e PUC/SP. 2009. p. 1-20.

⁶⁷ Ibid. 2009. p. 1-20.

3 ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASIL-NIGÉRIA (1960 – 2010)

3.1 Estrutura da Exportação Brasil-Nigéria por Setor da Atividade: 1960 – 2010 (%)



Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, MDIC.

Este gráfico tem por objetivo analisar a constituição dos produtos exportados do Brasil para a Nigéria entre 1960 a 2010. Embora não tenhamos os dados dos anos de 1974 a 1980, a informação recolhida de fontes secundárias esclarece e fornece os detalhes de que precisamos para fazer a nossa análise.

Como vimos no gráfico, o início das exportações brasileiras para a Nigéria (1960) teve insumos básicos como o principal produto. Porém, já em 1981, percebe-se uma inversão na estrutura da exportação brasileira: resultado do sucesso na venda de produtos tropicalizados (manufaturados) no mercado nigeriano a partir de 1974 até 1983. Isso foi possibilitado devido à política desenvolvimentista que o governo nigeriano buscava, nessa época, e que exigia a importação desses produtos.⁶⁸

Mesmo depois da mudança na política de desenvolvimento utilizada pelo governo nigeriano e, portanto, uma queda na demanda desses produtos tropicalizados, outra razão pela qual os produtos manufaturados continuavam sendo o principal produto exportado para a Nigéria seria a visita do vice presidente nigeriano ao Brasil em 1979, quando foi negociado o fornecimento de petróleo em torno de 20 mil barris por dia para o Brasil, enquanto a Nigéria por sua vez aumentará as suas exportações de produtos alimentícios, têxteis, matérias de construção e serviços da área de engenharia civil como forma de pagamento por esse petróleo⁶⁹.

⁶⁸ OGWU, Joy U. "Nigeria and Brazil". In: OLUSANYA, G.O. & AKINDELE, R.A. "Nigeria's External Relations: The First 25 years". University Press Limited, Ibadan, 1986, p. 388.

⁶⁹ Folha de São Paulo, 10 de jan. 1979. Nigéria, o maior parceiro do Brasil no 3º mundo.

É importante apontar aqui também que, a partir de 1981, a gasolina refinada tornou-se o principal produto das exportações brasileiras. Assim, o país brasileiro importava óleo bruto da Nigéria e exportava a gasolina refinada. Uma análise dos principais produtos exportados para a Nigéria, entre 1980 e 1981, mostra que, em 1980, o principal produto exportado para a Nigéria eram veículos CKD da marca Volkswagen e que esse tinha uma participação de 19,38% na exportação total, enquanto a gasolina tinha uma participação de 4,21%. Já em 1981, a participação de gasolina aumentou para 54,92% enquanto a de veículos CKD era de 11,82%.⁷⁰ (ver anexo). Desde então, um dos principais produtos exportados para a Nigéria tem sido a gasolina refinada.⁷¹

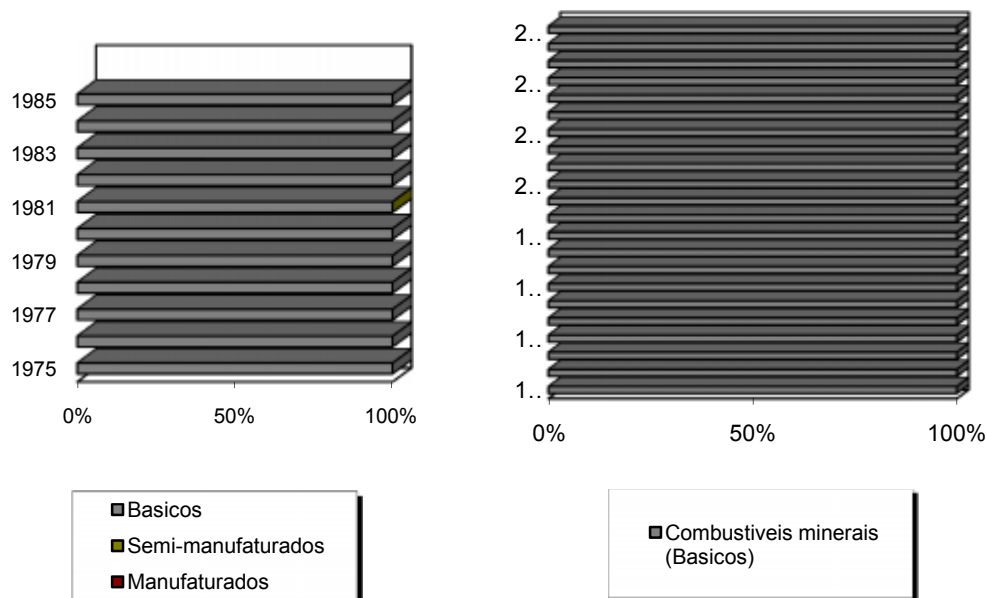
Porém, é interessante notar que no final da década de 2000, houve uma diminuição na exportação de produtos manufaturados e um aumento nas exportações de produtos semimanufaturados. Isto se explica pelo aumento gradativo na quantidade de “açúcar de cana em bruto” exportado a partir de 2001.

Assim, esse quadro atende aos interesses específicos dos dois países. Percebe-se que a mudança dos principais produtos que eram produtos básicos para produtos manufaturados a partir de 1974, foi em decorrência da demanda dos produtos tropicalizados na Nigéria assim como a estratégia do Brasil em aproveitar dessa oportunidade para aumentar as suas exportações para a Nigéria. Além disso, o uso de “*Countertrade*” pelos dois países, na década de oitenta, também facilitou o comércio entre eles e a exportação de produtos manufaturados, uma vez que isso exigia a troca desses produtos pelo petróleo nigeriano. Porém, a importância da gasolina e outros produtos combustíveis na pauta das exportações brasileiras só diminuem a partir de 2003, quando houve uma participação crescente de um produto semimanufaturado (o açúcar de cana em bruto).

⁷⁰ Ver anexo.

⁷¹ MDIC.

3.2 Importação Brasil-Nigéria: Óleo Bruto: (%)



Está faltando para a nossa análise gráfica, os dados dos anos 1960 a 1974, e 1986 a 1988. Porém, seguindo a nossa análise das importações brasileiras e as nossas fontes secundárias, acreditamos que a partir de 1965, o óleo bruto seria o principal produto dessa pauta pelos motivos seguintes. Primeiro porque os países africanos priorizadas pelo Brasil em 1960 foram aqueles que exportavam petróleo e, ao mesmo tempo, tinham a capacidade para comprar produtos brasileiros.⁷² Segundo, porque o uso de troca de produtos manufaturados brasileiros com petróleo nigeriano, o Countertrade, aconteceu entre os anos 1980 a 1982, e 1983 a 1986.

Essa análise da constituição das importações brasileiras entre os anos 1975 a 1985 e 1989 a 2010 mostra que o principal produto de importação brasileira é o óleo bruto, fazendo quase sempre 99% das importações totais. Essa análise demonstra a importância de óleo bruto para as importações Brasil-Nigéria, fenômeno que já foi observado em nossas análises dos períodos anteriores discutidos neste artigo.

Por um lado, esses gráficos das exportações e importações brasileiras demonstram o desenvolvimento da indústria brasileira e, portanto, a sua capacidade crescente para exportar produtos manufaturados. Em decorrência do processo de desenvolvimento econômico, o país brasileiro buscou fortalecer relações com países fornecedores de insumos básicos, enquanto buscava também mercados para vender seus

⁷² PENNA FILHO, Pio. O Brasil e a África do Sul: O Arco Atlântico da Política Externa Brasileira (1918 – 2000). Porto Alegre: FUNAG/MRE, 2008. p. 118.

produtos manufaturados, garantindo, dessa maneira, a continuação do seu processo de desenvolvimento. Destacamos aqui que o fortalecimento das relações comerciais com os esses países, neste caso com a África, foi uma alternativa pertinente para o sucesso do desenvolvimento econômico do Brasil para superar as barreiras protecionistas dos países desenvolvidos, e dessa forma, diminuir a sua assimetria em relação a esses países. Dessa maneira, podemos dizer que o crescimento de importância dos produtos manufaturados em relação aos produtos semimanufaturados e os básicos é uma fase do processo de ascensão do Brasil no sistema internacional.

Por outro lado, esses gráficos também demonstram a falha nas tentativas de alcançar um perfil industrial considerável por parte da Nigéria e portanto, a sua vulnerabilidade contínua nas importações de produtos de valor agregado. Os nossos indícios mostram que os principais produtos da pauta de exportações brasileiras para a Nigéria são primeiramente, produtos manufaturados, depois, produtos semimanufaturados, e, que os produtos básicos têm um valor de pouca importância nessas relações. Da análise da participação desses produtos, os principais produtos exportados do Brasil para a Nigéria são a gasolina, os combustíveis e o açúcar de cana em bruto.⁷³ A respeito da pauta de importações brasileiras, o principal produto (quase 99% nos anos analisados em cima) foi o óleo bruto.

Esses indícios levam de volta ao argumento dos países periféricos da delimitação do papel das metrópoles e das colônias no contexto da produção e do comércio internacional já que o desenvolvimento da indústria brasileira e a falha nas tentativas de alcançar um perfil industrial por parte da Nigéria causam a reprodução do quadro das relações comerciais entre os países avançados e os em desenvolvimento. Com efeito, o que vemos na realidade é uma ampliação da assimetria entre as economias desses países.

⁷³ MDIC

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tem por objetivo utilizar uma abordagem descritiva histórica para analisar as relações comerciais entre a Nigéria e o Brasil, de 1960 a 2010, com o propósito de formar um quadro completo desse intercâmbio, assim como a constituição dele. Também objetiva analisar seus acordos. A finalidade disso é descobrir se o quadro das relações comerciais entre o Brasil e a Nigéria (um país emergente e um país em desenvolvimento) é uma reprodução do das relações comerciais entre um país avançado e um país em desenvolvimento, assim como saber se o foco dos seus acordos está nas relações comerciais ou na cooperação técnica Sul-Sul, já que o discurso político coloca muita ênfase no uso da cooperação técnica para alcançar um perfil industrial e reduzir a assimetria entre os eixos socioeconômicos do Norte-Norte e do Sul-Sul.

Portanto, procurou-se, inicialmente, analisar as relações comerciais entre a Nigéria e o Brasil e a estrutura dessas relações. Da nossa análise, percebemos que existiram dois períodos em que houve a intensificação das relações comerciais; entre os anos 1980 a 1985, e, principalmente, a partir de 1999 até os dias atuais. No primeiro período, o sistema de trocas que ambos usavam “o Countertrade”, foi a solução encontrada para superar as dificuldades das balanças de pagamento e fortalecer as suas relações comerciais, enquanto, para o segundo período, vários motivos são explicativos para a intensificação das suas relações comerciais, de acordo com as suas estratégias de inserção face a uma transição sistemática.

O principal produto das importações brasileiras é o óleo bruto, enquanto os principais produtos das suas exportações são o petróleo, os combustíveis e o açúcar de cana em bruto. Dessa maneira, essas relações comerciais são vulneráveis frente aos problemas domésticos da Nigéria e as crises mundiais do petróleo. Resultado disso são as oscilações no fluxo comercial e suas grandes quedas que indicam a instabilidade nessas relações comerciais. Esse quadro, portanto, demonstra que a Nigéria precisa diversificar seus produtos exportados, uma vez que é principalmente o “óleo bruto”; porém, isto seria difícil sem um perfil industrial. Realça também a necessidade de o Brasil promover a sua exportação para a Nigéria para poder inverter a situação do seu saldo deficitário.

Com relação ao objetivo deste artigo, percebe-se que essas relações comerciais demonstram a realização dos interesses de ambos o Brasil e a Nigéria. Para a Nigéria, porque as suas relações comerciais com o Brasil representam um mercado alternativo

para vender seu produto de “óleo bruto” já que esse produto é a sua principal fonte de renda e a crise financeira dos países centrais exige a procura de outros mercados com potencial e capacidade de fazer grandes importações desse produto. Relevante destacar que esse produto contribui para 40% do GDP do país. Assim, essas relações representam uma forma para dinamizar a economia nigeriana. Embora o saldo para a Nigéria seja de superávit, a constituição dessas exportações revela o desenvolvimento crescente da indústria brasileira, pois os principais produtos exportados são os manufaturados.

Com relação à análise dos acordos bilaterais entre o Brasil e a Nigéria, vimos que são concentrados na área de comércio e que existem poucos acordos de cooperação técnica. Segundo nossa análise, entre os 11 acordos bilaterais, seis são de cooperação. Porém, mesmo entre esses seis acordos, dois (de 1979) têm relações econômicas e comerciais incluídas. Igualmente, o tempo em que esses acordos de cooperação técnica (quatro) foram assinados parece estratégico para a ampliação das relações comerciais entre o Brasil e a Nigéria. Isto deixa apenas quatro acordos que são realmente de cooperação técnica.

Outro fator de destaque é que, na lista de acordos, somente dois, dos 11 acordos, foram promulgados: o acordo de amizade, cooperação e comércio e o acordo Brasil-Nigéria sobre serviços aéreos entre seus respectivos territórios. Este fato confirma a nossa análise de que eles têm mais relações na área de comércio do que sob a cooperação técnica Sul-Sul.

No que diz respeito às relações comerciais, acreditamos que essas relações demonstram um engajamento mútuo entre os governos desses dois países. Porém, se por um lado existem benefícios mútuos nessas relações comerciais, elas também reforçam a dependência do país nigeriano nas suas exportações de óleo bruto e um lado mais vantajoso para o Brasil, uma vez que as suas exportações refletem a sua crescente capacidade industrial. Dessa maneira, embora essas relações comerciais atendam aos interesses específicos dos dois países, também reforçam a assimetria entre suas respectivas economias, uma vez que a Nigéria continua sendo, principalmente, fornecedor de um produto básico (óleo bruto). Neste contexto, diríamos que o quadro das relações comerciais Brasil-Nigéria é uma reprodução do quadro das relações comerciais entre um país avançado e um país em desenvolvimento.

Essa conclusão chama a atenção para alguns argumentos em torno do comércio internacional. Krugman⁷⁴ define o comércio internacional como uma relação de benefícios mútuos para os países parceiros. Porém, vendo o quadro das relações comerciais entre o Brasil e a Nigéria, percebe-se a limitação dessa definição, pois a Nigéria só poderia recolher ganhos máximos das suas relações comerciais se adotasse as políticas adequadas e conseguisse promover e diversificar a suas exportações. Isto foi afirmado por Barry⁷⁵ quando dá ênfase na inadequação das economias dos países em desenvolvimento nesse âmbito sendo que são principalmente exportadores de produtos primários e importadores de produtos manufaturados. Ou seja, o fato de não ter perfil de um país industrializado faz com que não possa aproveitar e participar mais do comércio internacional. Segundo Wade,⁷⁶ os produtos do comércio internacional devem oferecer aos consumidores preços competitivos quando comparados os dos produtos nacionais. Desta maneira, sugerindo uma economia com a capacidade de produzir produtos de alto valor agregado. Neste caso, o perfil dos países em desenvolvimento, como a Nigéria, não se encaixa.

Embora a literatura sobre o comércio internacional apresente várias teorias, os argumentos em cima e a análise das relações bilaterais entre a Nigéria e o Brasil realçam alguns pontos que merecem destaque nas relações comerciais entre países em desenvolvimento e emergentes. Primeiro ponto é que a necessidade de boa infraestrutura e as políticas domésticas adequadas são fatores importantes para reduzir a sua assimetria com esses países.

Segundo é a necessidade dos países em desenvolvimento focalizarem o conhecimento da cooperação técnica que recebe nas iniciativas e prioridades domésticas para garantir o sucesso das suas estratégias de desenvolvimento econômico e social. Acreditamos que há realmente boas intenções em torno da oferta da cooperação técnica aos países em desenvolvimento, mas esses últimos têm que aproveitar mais dessa oferta. Muito tem sido dito nos foros políticos a respeito dessa modalidade de cooperação e as suas vantagens. O que falta agora é o desdobramento político para a realização desse discurso no caso das relações entre o Brasil e a Nigéria. Ainda dentro desse contexto, acreditamos que o quadro dos acordos da cooperação técnica entre o Brasil e outros países africanos pode ter outras características além dessas que foram encontradas nas

⁷⁴ KRUGMAN, Paul. Economia Internacional: Teoria e Política. São Paulo. Makron Book. 2001.

⁷⁵ MAMADOU, Alpha Barry. Sa pensée Economique Des Independance au Nepad. Lisboa: Hachete, 2007

⁷⁶ WADE, Abdoulaye. Un destin pour l'Afrique. Paris: Michel Lafon, 2005.

suas relações bilaterais com a Nigéria. Vale ressaltar que o acesso estratégico do Brasil na África tem mais foco nos países da língua portuguesa e na África do Sul, e, portanto, acreditamos que haveria mais dinâmica nos seus acordos com esses países do que com a Nigéria.

Finalmente, levando-se em conta que a maioria dos arranjos comerciais das Relações Sul-Sul é negociada como relações bilaterais, a assimetria entre os países emergentes e os em desenvolvimento torna-se maior. A negociação desses arranjos comerciais, através das organizações regionais, colocaria esses países numa posição mais favorável para esses arranjos.

As relações bilaterais entre a Nigéria e o Brasil apresentam oportunidades e desafios. O intercâmbio comercial parece favorecer mais a Nigéria. Porém, um saldo de superávit para a Nigéria não significa que haverá um ciclo virtuoso de crescimento econômico no país, pois outros fatores como as políticas econômicas e domésticas adequadas e boa infraestrutura são necessários para alcançar um perfil industrial e para aproveitar mais dessas relações comerciais.

Lembrando que o quadro das relações Norte-Sul retrata as relações de dependência econômica e tecnológica dos países em desenvolvimento, com o mundo desenvolvido, uma vez que os últimos são, principalmente, exportadores de matérias-primas e importadores de produtos manufaturados. O quadro das relações comerciais entre a Nigéria e o Brasil já mostra ser uma reprodução desse quadro das relações comerciais entre o Norte e o Sul, e os seus acordos parecem mais concentrados nas relações comerciais. Isto demonstra a importância de desdobramentos políticos em relação ao discurso político sobre a cooperação técnica Sul-Sul, e maior esforço por parte do governo nigeriano nas suas políticas domésticas e econômicas para alcançar desenvolvimento industrial.

REFERÊNCIA

ADENIJI O. “Costs and Dividends of Foreign Policy” *Foreign Policy in Nigeria’s Democratic Transition*. PAC, Abuja, 2005, p. 25.

AGBU O. “The 1999 Constitution and Nigeria’s Foreign Policy” in, *Nigerian Forum*, NIIA, Lagos, may/june 2003, p. 127.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo.(org) *Pósneoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARBIX, Glauco; COMIN, Álvaro; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo. (orgs). Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois. São Paulo. Edusp e Editora Unesp. 2002

ASOBIE, Assisi. H. Nigeria: Economic Diplomacy and National Interest – An Analysis of the Politics of Nigeria’s External Economic Relations. In: OGWU, Joy & OLUKOSHI, Adebayo, *The Economic Diplomacy of the Nigerian State*. Lagos: Frankad Publishers, 2002. p. 55.

CORTIÑAS LOPEZ, Jose Manoel. Comércio Exterior competitivo. 2. ed. São Paulo: Lex, 2005

DIALLO, Mamodou Alpha. Relações Comerciais entre o Brasil e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental – CEDEAO. Anais do II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas” (UNESP, UNICAMP e PUC/SP. 2009. p. 1-20.

HIRST, Monica e PINHEIRO, Leticia. “A Política Externa do Brasil em dois tempos”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 38, nº 1, 1995.

HURRELL, Andrew. Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual é o espaço para potências emergentes? In: HURRELL, Andrew et alli. Os BRIC’s e a ordem global. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 9-41.

HURRELL, Andrew & WOODS, Ngaire. Globalisation and Inequality. *Millenium Journal of International Studies*, vol. 24, n. 3, 1995, p. 447 - 470.

KRUGMAN, Paul. Economia Internacional: Teoria e Política. São Paulo. Makron Book. 2001.

LAFER, Celso. As eleições de novembro de 1982 e a Política exterior do Brasil; *O Brasil e a Crise Mundial*; São Paulo, Perspectiva, 1984, p. 104.

LIMA, MARIA. A Política Externa Brasileira e os Desafios da Cooperação Sul-Sul. In: RBPI. Brasília, nº 48, 2005, p. 24 – 59.

LIMA, Maria. O Brasil e as Relações Sul-Sul. Dossiê CEBRI, Desafios da Política Externa Brasileira, Edição Especial, Rio de Janeiro, Vol 1, ano 7, 2008.

LIMA, Maria. Interesses e Solidariedade: O Brasil e a Crise Centro-Americana. Trabalho apresentado no XI Encontro Anual da ANPOCS, Águas de S. Pedro, 1987,

MAMADOU, Alpha Barry. Sa pensée Economique Des Independance au Nepad. Lisboa: Hachete, 2007.

MOURÃO, F., CARDOSO, F. & ALTEMANI, H. As relações Brasil-África: de 1990 a 2005. In: ALTEMANI, H. & LESSA, A. “*Relações Internacionais do Brasil: Temas e AgendaS*” v. 1. São Paulo: Saraiva, 2006.

PAUTOSSO, DIEGO. O fortalecimento das Relações Sul-Sul: Estratégia e Realidade para os Países Emergentes. In: “*Revista Conjuntura Austral | ISSN: 2178-8839 | Vol. 2, n.º. 8 | Out.Nov 2011*” p. 48 – 62..

OGWU, Joy U. & OLANIYAN, R. Counter Trade and Economic Development in Developing Countries. In “*Nigeria’s International Economic Relations: Dimensions of Dependence and Change*”. Printserve Limited, Lagos, 2005, p. 149.

OGWU, Joy U. “Nigeria and Brazil”. In: OLUSANYA, G.O. & AKINDELE, R.A. “*Nigeria’s External Relations: The First 25 years*”. University Press Limited, Ibadan, 1986, p. 388.

OGWU, J.U. & OLUKOSHI, A. Nigeria’s Economic Diplomacy: Some Contending Issues. In: OGWU U.J & OLUKOSHI, A. “*The Economic Diplomacy of the Nigerian State*”. NIIA, Lagos, 2002, p. 21.

OLIVEIRA, Henrique A. “Política Externa Brasileira e Relações Comerciais Brasil-África”. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987, p. 242.

OMOWEH, D.A. Post-Adjustment Nigerain Economy. In: “*The Economic Diplomacy of the Nigerian State*” NIIA, Lagos, 2002. p. 212.

PAUTASSO, Diego. A África no Comércio Internacional do Grupo BRIC. Meridiano 47 vol. 11, n. 120, jul.-ago 2010 p. 54 – 59.

PENNA FILHO, Pio. O Brasil e a África do Sul: O Arco Atlântica da Política Externa Brasileira (1918 – 2000). Porto-Alegre: FUNAG/MRE, 2008. p 114

PROCÓPIO, Agemiro. *Brasil: Parceiras Estratégicas*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2003. p. 168.

ROWLANDS, Dane. Emerging Donors in International Development Assistance: A Synthesis Report. International Development Research Center, Canada, January 2008.

QUADROS, Jânio; A Nova Política Externa Brasileira; Relações Internacionais, Brasília; I (3): 73 – 77, set./dez. 1978.

SANUSI, O.S. Abacha’s Economic Diplomacy and New Economic Partner’s (A Shift from West to Middle East-Asian Nations (1993 – 1998). NIIA, Lagos, 1998, p. 9.

SARAIVA, José F.L. Do silêncio à afirmação: Relações do Brasil com a África. In: CERVO, Amado L. *O Desafio Internacional: A Política Exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Editora UNB, 1994. p.267.

WADE, Abdoulaye. Un destin pour l'Afrique. Paris: Michel Lafon, 2005.

ZANI, Alexandre Patera. As Relações Comerciais entre Brasil – Angola – África do Sul, face ao processo da integração da SADC e na CEEAC. Tese de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 180.

Jornais:

Estado de São Paulo, 20 de março de 1977.

Folha de São Paulo, 24 de maio de 1977.

Folha de São Paulo, 10 de jan. 1979.

Folha de São Paulo, 11 de janeiro, 1979.

Gazeta Mercantil, 19 de abril de 1982.

O Globo, Domingo, 10 de novembro de 1982.

Jornal do Brasil. 06, abril, 1999

ANEXOS

ANEXO 1: Relações Comerciais Brasil-Nigéria (1960 – 2010)⁷⁷

ANOS	EXP.	IMP.	ANOS	EXP.	IMP.
1960	3,0	29,5	1986	247.105.757	366.428.773
1961	56,7	-	1987	216.671.831	206.036.371
1962	147,1	0,8	1988	141.144.719	130.031.888
1963	67,4	-	1989	125.612.026	126.467.450
1964	34,8	7,2	1990	179.993.339	61.363.418
1965	24,1	833,8	1991	176.699.998	248.765.370
1966	109,0	4.386,1	1992	307.799.688	34.744.807
1967	27,1	7.542,4	1993	239.868.617	232.114.305
1968	19,4	12.327,6	1994	149.295.016	357.123.345
1969	116,2	21.239,8	1995	243.327.359	283.745.308
1970	195,6	24.294,3	1996	274.540212	254.910.601
1971	460,1	25.886,0	1997	249.180.776	520.281.896
1972	1.003,9	20.837,0	1998	328.038.680	611.505.673
1973	3.528,5	5.934,3	1999	226.811.486	738.612.506
1974	11.986,3	141,7	2000	246.861.556	733.604.876
1975	57.189,2	76,6	2001	416.870.692	1.376.173.566
1976	86.693,0	77.837,7	2002	507.647.903	1.094.550.433
1977	0	0	2003	469.730.463	1.521.661.990
1978	0	0	2004	505.235.218	3.501.030.240
1979	137.475	33.186	2005	953.225.828	2.643.015.996
1980	271.505	87.843	2006	1.373.624.268	3.918.295.644
1981	770.231.782	728.523.850	2007	1.512.357.010	5.281.064.357
1982	245.265.036	227.358.528	2008	1.535.589.616	6.704.379.120
1983	195.433.642	82.821.604	2009	1.066.462.807	4.760.614.289
1984	653.707.754	967.296.086	2010	862.541.036	5.920.185.355
1985	914.702.194	1.347.592.401			

⁷⁷ Fonte: MDIC. Valores correntes em US\$1,000.

ANEXO 2**Empresas Principais Exportadores para a Nigéria, 1979 – 1981 (%)**⁷⁸

Empresa	Produto	1980	1981
Petróleo Brasileiro S.A.	Gasolina	4.21	54.92
Volkswagen do Brasil S.A.	Vehicles CKD	19.38	11.85
Fiat Diesel Brazil S.A.	Vehicles CKD	8.22	6.36
Mercedes Benz Brasil S.A.	Onibus	8.49	5.53
Caterpillar do Brasil S.A.	Tractors, earth-movers	1.72	1.38
Cotia Com. Exp-Imp S.A.	Aço	7.48	1.34
Edcatex S.A. Ind. Com.	Fibreboards	1.79	1.28
KSR Com Ind. Papel S.A.	Papel de impressora	5.47	1.27
Siderugica J.L. Aliperti	Materiais de construção	2.44	0.76
Elof Hansson Brasil Ltda.	Papel de impressora	0.86	0.50
Cia Siderugica Belgo Mineira	Materiais de construção	0.07	0.49
Primlaks Brasil Ltda.	Glass ware	-	0.46
Braswey S.A. Ind. Com.	amendoim	0.74	0.45
Fiascao Tecelagem Kanebo Brasil S.A.	Fio de algodão	0.62	0.41
CIA Brasileira de Sintéticos	Polyester	-	0.41
CIA Siderugica Guanabara Cosigua	Materiais de construção	0.67	0.41
Duratex S.A. Ind. Com.	Fibreboards	0.05	0.39
Brasividro Ltda.	Porcelain	0.60	0.36
Outras empresas		37.27	11.43

Anexo 3: Lista dos Dez Principais Parceiros do Brasil e as suas Participações 2006 – 2010 (%)⁷⁹

	Importação				
	2006	2007	2008	2009	2010
1	Estados Unidos (16,2%)	Estados Unidos (15,7%)	Estados Unidos (14,9%)	Estados Unidos (15,8%)	Estados Unidos (15,0%)
2	Argentina (8,8%)	China (10,5%)	China (11,6%)	China (12,5%)	China (14,1%)
3	China (8,7%)	Argentina (8,6%)	Argentina (7,7%)	Argentina (8,8%)	Argentina (7,9%)
4	Alemanhã	Alemanhã	Alemanhã	Alemanhã	Alemanhã

⁷⁸ OGWU, Joy U. "Nigeria and Brazil". In: OLUSANYA, G.O. & AKINDELE, R.A. "Nigeria's External Relations: The First 25 years". University Press Limited, Ibadan, 1986, p. 402.

⁷⁹ Fonte:MDIC

	(7,1%)	(7,2%)	(6,9%)	(7,7%)	(6,9%)
5	Nigéria (4,3%)	Nigéria (4,4%)	Japão (3,9%)	Japão (4,2%)	Coreia do Sul (4,6%)
6	Japão (4,2%)	Japão (3,8%)	Nigéria (3,9%)	Coreia do Sul (3,8%)	Japão (3,8%)
7	Coreia do Sul (3,4%)	França (2,9%)	Coreia do Sul (3,1%)	Nigéria (3,7%)	Nigéria (3,3%)
8	Chile (3,2%)	Chile (2,9%)	França (2,7%)	Itália (2,9%)	Itália (2,7%)
9	França (3,1%)	Coreia do Sul (2,8%)	Itália (2,7%)	França (2,8%)	França (2,6%)
10	Itália (2,8%)	Itália (2,8%)	Chile (2,4%)	México (2,2%)	Índia (2,3%)

**Anexo 4: Lista dos Dez Principais Parceiros do Brasil e as suas Participações 2006
– 2010 (%)⁸⁰**

Exportação					
	2006	2007	2008	2009	2010
1	Estados Unidos (18,0%)	Estados Unidos (15,8%)	Estados Unidos (14%)	China (13,2%)	China (15,3%)
2	Argentina (8,5%)	Argentina (9,0%)	Argentina (8,9%)	Estados Unidos (10,2%)	Estados Unidos (9,6%)
3	China (6,1%)	China (6,7%)	China (8,3%)	Argentina (8,4%)	Argentina (9,2%)
4	Países Baixos (4,2%)	Países Baixos (5,5%)	Países Baixos (5,3%)	Países Baixos (5,3%)	Países Baixos (5,1%)
5	Alemanhã (4,1%)	Alemanhã (4,5%)	Alemanhã (4,5%)	Alemanhã (4,0%)	Alemanhã (4,0%)
6	México (3,2%)	Venezuela (2,9%)	Japão (3,1%)	Japão (2,8%)	Japão (3,5%)
7	Chile (2,8%)	Itália (2,8%)	Venezuela (2,6%)	Reino Unido (2,4%)	Reino Unido (2,3%)
8	Japão (2,8%)	Japão (2,7%)	Chile (2,4%)	Venezuela (2,4%)	Chile (2,1%)
9	Itália (2,8%)	Chile (2,7%)	Itália (2,4%)	Índia (2,2%)	Itália (2,1%)
10	Venezuela (2,6%)	México (2,7%)	Rússia (2,4%)	Bélgica (2,1%)	Rússia (2,1%)

⁸⁰ Ibid

RESUMO

ATOYEBI, O. A. **A Evolução da Política Externa Nigeriana (1960 – 2010)**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, SP, 2012.

O objetivo deste artigo é analisar a evolução da política externa nigeriana de ponto de visto histórico com o propósito de conhecer seus princípios e fundamentos, assim como as suas motivações econômicas, políticas, sociológicas. Propósito disso é o melhor entendimento das suas atuações no âmbito do sistema internacional. Portanto, este artigo será a revisão do conhecimento produzido acerca da política externa nigeriana de 1960, ano de sua independência, até 2010. De grande destaque são as variáveis internas e externas que exerceram influência nessa política externa ao longo dos anos uma vez que há sempre uma estreita vinculação entre política externa e política interna. Argumenta se que essas variáveis se constituíram nos fatores justificativos porque a Nigéria procurou aprofundar suas relações com os países do eixo socioeconômico Sul com o objetivo de tentar se reposicionar no sistema internacional e aproveitar dos benefícios que a internacionalização da sua economia oferece. Ou seja, para a Nigéria, as suas relações atuais com outros Estados no âmbito do sistema internacional estão voltadas na estratégia da sua inserção internacional.

Palavras chaves: Política externa nigeriana, Relações Sul-Sul, Multilateralismo, Regionalismo, África.

ABSTRACT

ATOYEBI, O. A. **The Evolution of Nigeria's Foreign Policy (1960 – 2010)** 2012. Dissertation (Master Degree) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, SP, 2012.

The aim of this paper is to analyze the evolution of Nigerian foreign policy from an historical point of view in order to know its principles and foundations, as well as its economic, political, and sociological motivations. This background is necessary that a better understanding of its actions within the international system may be attained. Therefore, this article brings together academical knowledge which have been produced on Nigeria's foreign policy from 1960, the year of its independence, until 2010. Emphasis will be placed on the internal and external variables that exerted some degree of influence on this foreign policy over the years because there is always a close link between foreign and domestic policy. This paper argues that these variables are the contributing factors which make Nigeria seek to strengthen its relations with other South – South countries. It argues that she has to do this in order to try to reposition herself in the international system and take advantage of the benefits which the internationalization of her economy into this system offers. That is, to Nigeria, her current relationships with other States within the international system are focused on the strategy of her international insertion into this system.

Key words: Nigerian Foreign Policy, South-South Relations, Multilateralism, Regionalism.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar a evolução da política externa nigeriana do ponto de vista histórico, com o propósito de conhecer seus princípios e fundamentos, assim como as suas motivações econômicas, políticas e sociológicas. O estudo visa, pois, ao melhor entendimento de suas atuações no âmbito do sistema internacional. Em sentido amplo, a análise histórica da política externa nigeriana é de extrema importância, principalmente porque ela reflete as motivações socioeconômicas e políticas da nação, além de ser a ferramenta de demonstração das peculiaridades e valores do país como um estado. Portanto, este artigo trará uma revisão do conhecimento produzido acerca da política externa nigeriana de 1960, ano de sua independência, até 2010.

De grande destaque são as variáveis internas e externas que exerceram influência nessa política externa ao longo dos anos, uma vez que há também uma estreita vinculação entre política externa e política interna. Argumenta-se que essas variáveis se constituíram nos fatores justificativos, tendo em vista que a Nigéria procurou aprofundar suas relações com os países do eixo socioeconômico Sul com o objetivo de tentar se reposicionar no sistema internacional e aproveitar os benefícios que a internacionalização da sua economia oferece. Em outras palavras, para a Nigéria, as suas relações atuais está voltada na estratégia da sua inserção internacional.

No plano interno, os anos noventa presenciaram a interrupção do processo democrático pela ditadura militar e o atropelamento da constituição do país, tendo, assim, forte influência na execução de sua política externa e, portanto, em suas relações com outros países. As relações bilaterais da Nigéria, nessa época, foram palco de múltiplos fatores que levaram o país a um profundo distanciamento da maioria de seus parceiros tradicionais. A violação dos direitos humanos pelo regime militar, que teve uma reação instantânea da Comunidade Internacional na forma de sanções econômicas, financeiras e técnicas, bem como o agravamento do quadro socioeconômico, da infraestrutura, da política interna do país e a corrupção alta entre os oficiais públicos são fatores que destacaram esse governo de regime militar. Ademais, essas questões passaram a estruturar a política externa nigeriana desse período e, conseqüentemente, a determinar o nível de aprofundamento ou superficialidade nas relações entre a Nigéria e outros países.

Para Samson Sanusi, esse regime militar deu ao país uma imagem negativa no âmbito internacional, tendo em vista que suas políticas domésticas e atuação da sua política externa eram hostis tanto para os nigerianos quanto à maioria dos parceiros comerciais do país, o que levou o país a um retrocesso econômico, político, social e em termos de desenvolvimento.⁸¹ Entretanto, com a redemocratização do país em maio de 1999, fez-se imperativo ao novo governo democrático eliminar essa imagem ruim do país no sistema internacional, tornar o país mais relevante nesse âmbito, reaver seus parceiros comerciais tradicionais, impulsionar intensamente sua economia para alcançar desenvolvimento e inverter as conseqüências negativas do regime anterior à economia nigeriana. Segundo Aremu Ayinde, com o retorno à democracia na Nigéria em 1999, também vieram grandes expectativas da sociedade nigeriana para recolher os benefícios da democracia em termos de desenvolvimento socioeconômico.⁸²

Porém, a realização desses objetivos domésticos também encontrava outros desafios no plano externo. Um exemplo é a necessidade de reformas no sistema de comércio internacional, como a Organização Mundial de Comércio, para que passasse a ser mais favorável ao desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento, e reduzisse a assimetria entre eles e os países do centro. Deve-se ressaltar ainda os fortes vínculos de interdependência entre todos esses estados no sistema internacional resultado da profunda globalização.

Com efeito, esse governo democrático, com a intenção de ressuscitar a economia nigeriana, dedicou-se a realizar seus objetivos socioeconômicos e a alcançar o desenvolvimento que precisava por meio do aprofundamento de suas relações com os países do Sul no plano bilaterais, multilaterais, e, no regionalismo. Portanto, é neste contexto que acreditamos que se encaixam as atuações dos últimos anos da Nigéria no cenário internacional e o fortalecimento das suas relações no âmbito das Sul-Sul.

Diante disso, este artigo está dividido em quatro capítulos, além da presente introdução e da conclusão. A seção inicial refere-se ao período que começa em 1960, quando a primeira constituição foi redigida, e vai até 1979, analisando, pois, a política externa nigeriana sob o Governo da Primeira República Nigeriana e os Governos dos

⁸¹ SANUSI, Samson Olatunde. *Abacha's Economic Diplomacy and New Economic Partner's: A Shift from West to Middle East-Asian Nations (1993 1998)*. Departamento de Pesquisa, NIIA, Lagos, Nigéria. 1998 p. 13.

⁸² AYINDE, Aremu Fatai. *Democracy Dividend and Nigeria's Fourth Republic In The Nigerian Forum*, NIIA, vol 26, nos 3-4, março/abril 2004, Lagos, Nigéria. p. 94.

Regimes Militares que se seguem. Esse capítulo trará muita luz aos princípios, valores e fundamentos da política externa nigeriana na independência.

O segundo abrange o ano de 1979, que marcou a transição de volta à democracia e a elaboração de uma nova constituição que viu o sistema inglês de governo, o sistema de Westminster, utilizado na Primeira República, trocado pelo Sistema Presidencial Americano. O capítulo é finalizado, indicando o ano de 1993, a fim de analisar a política externa dos regimes militares que surgem após essa Segunda República Nigeriana.

A Terceira República Nigeriana, período bastante curto e o Regime Militar que a segue, é o foco do capítulo três. O ponto de partida é 1993, ano muito importante, pois presenciou uma tentativa de transição do governo militar para a democracia que, contudo, falhou e o começo de um outro regime militar em que houve a cassação do presidente-eleito e sua morte. Isso gerou graves violações de direitos humanos, sanções da Comunidade Internacional, perda de parceiros comerciais tradicionais e o regresso da economia nigeriana e das suas infraestruturas. As implicações desses problemas internos e externos para a política externa nigeriana e para as suas relações intencionais serão também analisadas a parte do artigo.

O último capítulo versa sobre a análise da política externa nigeriana a partir de 1999, ano que marcou o retorno da democracia e, portanto, da Quarta República, e vai até 2010. Examinados aqui serão os objetivos da política externa dessa república de acordo com a constituição, as várias iniciativas do governo para ressuscitar a economia nigeriana face aos desafios que o atual sistema comercial apresenta, as implicações de tudo isso para a política externa nigeriana e as relações contemporâneas da Nigéria no sistema internacional. Por fim, apresentaremos nossas conclusões sobre a influência das variáveis internas e externas na trajetória da política externa nigeriana e a implicação disso para suas relações internacionais, sobretudo, para as relações sul-sul.

A importância deste estudo é que possibilita a elaboração de um panorama descritivo histórico da política externa nigeriana e o entendimento dos fatores que mais intercederam nela e, nesse sentido, nas suas relações. O empenho do governo nigeriano em aprofundar suas relações com os países do eixo socioeconômico Sul só pode ser compreendido a partir desse contexto.

Além disso, em relação às suas relações bilaterais com o Brasil, este estudo apresenta fatores muito importantes para a compreensão das dinâmicas existentes nas relações atuais da Nigéria com o Brasil, no contexto das relações sul-sul. Principalmente

porque a política externa nigeriana é algo pouco conhecido no Brasil. Vale ressaltar que a maioria das pesquisas feitas pela academia brasileira sobre países africanos é realizada no que tange a países falantes de português na África e a África do Sul, por ser um membro do grupo BRICS⁸³. A relevância do conhecimento da política externa nigeriana para o Brasil é o fato de aquele país estar entre os dez principais parceiros importadores deste nos últimos dez anos.⁸⁴

⁸³ BRICS: acrônimo que refere aos países emergentes, Brasil, Rússia, Índia, China e a África do Sul, que juntos formam um grupo político de cooperação.

⁸⁴ Segundo os dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, (MDIC).

1 O PRIMEIRO PERÍODO: 1960 - 1979

1.1 A Independência e a Primeira República: 1960 – 1966

Um princípio fundamental da política externa nigeriana que tem sido utilizado de uma maneira consistente nas suas relações exteriores ao longo dos anos foi estabelecido pelo Primeiro Ministro, Sir Abubakar Tafawa Balewa, na 15ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas em 1960. Nessa ocasião ele declarou que a política externa nigeriana estaria comprometida com o ideal da descolonização da África, da luta contra o racismo e o *apartheid*, e a busca da paz, desenvolvimento e cooperação no continente. Foi assim que nasceu o conceito da “libertação total da África” como o princípio central da política externa nigeriana. Segundo Olu Adeniji, esta visão foi motivada pelo fato do país nigeriano ter sua independência sem lutas violentas ao contrário de outros países africanos.⁸⁵

Vale ressaltar aqui que a demanda pela independência dos auspícios britânicos ocorreu entre os anos 1944 a 1959, inicialmente por meio de vários movimentos conduzidos por grupos de sindicatos trabalhistas, de estudantes, de associações culturais e de políticos e, depois, através de cooperação entre os políticos nigerianos e a administrativa colonial a partir de 1951. Esse processo de descolonização despertou um grande impulso ao governo nigeriano desse período a não apenas buscar o fortalecimento da sua independência como um país africano, mas também participar na libertação do continente africano da colonização e do racismo de uma maneira pacífica e mediante cooperação com países partidários à sua causa nas instituições do sistema internacional, como a Commonwealth⁸⁶. Resultado desta postura foi a defesa do continente africano por esse governo contra a explosão da bomba atômica por parte da França, na região de Saara na década de 60; a expulsão da África do Sul da Commonwealth em 1961, por causa da *apartheid*; e a organização de uma conferência dos diferentes governos da Commonwealth em Lagos, Nigéria, em 1965 a respeito da

⁸⁵ ADENIJI, Olu. Costs and Dividends of Foreign Policy. In: *Foreign Policy in Nigeria's Democratic Transition*. PAC, Abuja, 2005. p. 27.

⁸⁶ A Commonwealth, antigamente conhecida como a *Commonwealth* britânica, é uma organização não política, mas intergovernamental que promove valores e objetivos comuns entre estados membros e é composta por 54 países. Os membros, com exceção de Moçambique e Ruanda, faziam parte do Império Britânico.

declaração de independência da Rhodesia⁸⁷. Além disso, houve o apoio no estabelecimento da Organização da Unidade Africana.⁸⁸

A presença de uma economia capitalista por intermédio do processo de colonialismo e a adoção de uma democracia parlamentarista liberal são fatores que serviram de base para uma diplomacia alinhada a países como os Estados Unidos, a Inglaterra e outros países capitalistas do Ocidente, no sistema internacional pelo governo nigeriano na independência. Porém, essa política foi trocada pela de Não alinhamento no final de 1962. Esta transformação no discurso diplomático nigeriano, posição assumida também por muitos países em desenvolvimento nessa época, surgiu da necessidade de realizar os interesses nacionais por meio de uma postura neutra no sistema internacional. Ademais, em relação aos assuntos cruciais nesse âmbito, procurou-se evitar qualquer confrontação com os dois grandes blocos dessa época de Guerra Fria. Em 1963, quando a Nigéria foi declarada uma república, essa estratégia já foi adotada oficialmente como um princípio fundamental da política externa do país, além de ser explicada como a “Dependência Diversificada” nas suas relações bilaterais.⁸⁹

No plano da política para o desenvolvimento industrial, foi considerada de suma importância a atração de um alto volume de investimentos e a assistência internacional de forma técnica e financeira. O objetivo era o estabelecimento de indústrias que, com o tempo, poderiam criar um processo de desenvolvimento auto-sustentável e duradouro e também exportar bens de consumo. Assim, a estratégia que melhor contemplava a formação industrial, nesse período, foi a industrialização por substituição de importações.

Dentro desta mesma linha de pensamento, a realização de uma estreita vinculação entre o desenvolvimento econômico e a política externa, a divisão do sistema internacional em dois grandes blocos e, com isso, o uso do princípio de não alinhamento fizeram com que o governo nigeriano decidisse intensificar suas relações nos órgãos multilaterais para garantir a sua independência política e maior manobras na realização dos seus objetivos socioeconômicos no sistema internacional. Dessa maneira,

⁸⁷ JINADU, Adele. Historical Background Survey of Nigeria's Foreign Policy. In: *New Horizons for Nigeria in World Affairs*. NIIA, Lagos, 2005. p. 38.

⁸⁸ Atualmente esta organização é conhecida de União Africana.

⁸⁹ ASSOBIÉ, H. Assisi. Nigeria: Economic Diplomacy and National Interest – An Analysis of the Politics of Nigeria's External Economic Relations. In: *The Economic Diplomacy of the Nigerian State*. NIIA, Lagos. 2002. p. 56.

a assistência internacional e financeira das organizações multilaterais foi considerada as melhores opções.

1.2 O Primeiro Período de Regimes Militares: 1966 – 1979

Esse primeiro período de intervenção militar presenciou a passagem de quatro regimes militares. Embora cada um tivesse continuado com os princípios fundadores da política externa nigeriana, há pequenas adaptações do uso desses princípios nas atuações da sua política externa. Coube a cada regime a iniciativa na interpretação desses princípios e em sua utilização para realizar os interesses nacionais no sistema internacional. Porém, outros fatores, como, por exemplo, a Guerra Civil de 1967 a 1970 e o rápido aumento do preço de óleo bruto no mercado internacional na década de 70 também foram motivos para novas interpretações desses princípios por esses regimes militares e a adaptação desses princípios a essas novas situações.

De qualquer forma, dentre de vários motivos delineados, pelos quais o primeiro golpe de estado foi um sucesso, o principal foi a negligência dos problemas em torno da segurança interna pelo governo da Primeira República. Porém esse primeiro regime militar não durou muito, pois, poucos meses depois, foi sucedido por outro regime militar que administrou o país até 1975.

O Segundo Regime Militar, sob a administração do General Yakubu Gowon, adotou a política da libertação total da África e a política de não-alinhamento como os pontos centrais da política externa nigeriana. Já no meio do ano seguinte, o começo da Guerra Civil (1967 a 1970) e as reações dos estados vizinhos e as dos dois grandes blocos a esse problema doméstico foram motivos para reanalisar o que seriam os verdadeiros interesses nacionais do país nigeriano e como deveria ser conduzida sua política externa a partir de então.

O que se percebeu durante essa guerra foi que os países como a França, a África do Sul, Portugal, além de outros países vizinhos como o Benin, Guiné Equatorial e a Costa do Marfim deram seu apoio ao grupo de rebelião chamado de “Biafra”, enquanto a União Soviética e dois outros países vizinhos, o Chade e a Níger, deram seu apoio ao governo nigeriano.⁹⁰

⁹⁰ ADENIJI, Olu. Costs and Dividends of Foreign Policy. In: *Foreign Policy in Nigeria's Democratic Transition*. PAC, Abuja, 2005. p. 30

Em decorrência do apoio da União Soviética à Nigéria, os Estados Unidos reagiu sob a influência da Guerra-Fria e não apoiou o governo nigeriano. A conduta da França, de Portugal, e da África do Sul vis-à-vis o governo nigeriano nesse período de guerra civil foi justificada pela política contra a colonização na África que a Nigéria buscava nos fóruns internacionais. A postura da Inglaterra foi de ambivalência; e a dos países vizinhos à Nigéria foi sob a influência da França, uma vez que a maioria desses países são ex-colônias da França e ainda tinham fortes ligações com ela.

Some-se a isso que o final da Guerra Civil trouxe para a luz a necessidade de adotar a política de integração sub-regional para preservar o território nigeriano e sua independência. e também diminuir a influência da França nessa região. Destacam-se também a importância da OUA na resolução de conflitos no continente africano; a relevância de uma relação mais equilibrada entre os dois grandes blocos; a reafirmação da política nigeriana de não alinhamento e da que focava na total descolonização da África. Por isso, a interpretação da política de não alinhamento, utilizada durante esse regime militar, foi denominada de “dependência equilibrada”,⁹¹ uma vez que, a partir do final dessa guerra civil, a política externa nigeriana buscou aprofundar suas ligações com os países comunistas com o intuito de equilibrar as suas relações com os dois grandes blocos da Guerra Fria.

Resultado disso foram a criação da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) em 1975, maior aproximação nas relações comerciais e cooperação com a União Soviética e outros países desse bloco, uma relação mais cautelosa com a Inglaterra e os países ocidentais e uma política ainda mais ativa no seu apoio aos movimentos de descolonização na África principalmente em relação da *apartheid* na África do Sul.

No plano de desenvolvimento, o grande dilema da reconstrução do país após o fim da Guerra Civil teve grande influência também na orientação da política externa nigeriana dessa época e, portanto, discretamente nas suas relações com outros países. Esse governo nigeriano chegou à conclusão que suas negociações financeiras, no âmbito das instituições multilaterais, não davam o resultado esperado, e ficou claro que a reconstrução do país iria precisar ainda de mais fundos de investimento, transferência de

⁹¹ ASSOBIÉ, H. Assisi. Nigeria: Economic Diplomacy and National Interest – An Analysis of the Politics of Nigeria’s External Economic Relations. In: *The Economic Diplomacy of the Nigerian State*. NIIA, Lagos. 2002. p. 57.

conhecimento e assistência técnica para chegar ao nível de um país industrializado. Há ainda que dizer que a reação da maioria dos países ocidentais à Guerra Civil e essas prioridades econômicas e de desenvolvimento significaram a mudança do olhar do Norte para o Sul. Em outras palavras, a estratégia de intensificar as suas relações com os países de eixo-econômico do Sul sob a estrutura das relações Sul-Sul nasceu das várias motivações já discutidas acima.

Porém, as medidas tomadas para a formação da CEDEAO tinham não apenas motivos políticos, mas econômicos também já que os mercados desses países vizinhos foram considerados mercados alvos para vender os produtos da indústria nigeriana. Assim, a diplomacia da integração regional econômica com o estabelecimento da CEDEAO, em 1975, foi abraçada.

A questão de intensificar as relações Sul-Sul também deu início a outra estratégia: a de se juntar aos países do Sul no estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional em 1973. O objetivo era o alcance de um ambiente mais favorável ao desenvolvimento socioeconômico dos países em desenvolvimento através da estabilidade de preços para *commodities* e matéria prima, transferência de recursos de países avançados para os em desenvolvimento, industrialização e tecnologia, corporações multinacionais, acesso a mercados e a reforma do Sistema Monetário Internacional.

Foram com essas motivações e objetivos que após o fim da Guerra Civil, o governo nigeriano lançou uma política externa mais ativa. Mas era, sem dúvida, o alto aumento do preço de petróleo no mercado global dessa década de 70 que provocou um aumento drástico nas suas importações de óleo bruto e na sua renda. Assim fornecia para a sua política externa maior liberdade para buscar esses objetivos e mais flexibilidade para a sua inserção internacional.

Os dois regimes militares que surgiram depois deste também deram continuidade a esses princípios da política externa nigeriana, principalmente o último, que deu prosseguimento à transição para a Segunda República. Sob esse último regime militar, o regime militar de Olusegun Obasanjo, a Nigéria deu recursos enormes para ajudar os movimentos de libertação da colonização na Namíbia, em Moçambique, na Angola e África do Sul.⁹² Além disso, iniciou o processo de nacionalização de todos os bens da empresa britânica “British Petroleum” na Nigéria para induzir a Primeira Ministra da

⁹² ADENIJI, Olu. Costs and Dividends of Foreign Policy. In: *Foreign Policy in Nigeria's Democratic Transition*. PAC, Abuja, 2005. p. 30.

Grã Bretanha, Margaret Thatcher, a concordar com a independência de Zimbábue sob a liderança de Mugagbe.⁹³ A Nigéria presidiu o Comitê das Nações Unidas contra o *Apartheid* e, em 1977, foi anfitriã da segunda edição do Festival Mundial das Artes Negras.⁹⁴

Cabe destacar, porém, que, no final da década de 70, houve uma perda relativa de interesse nigeriano no estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional. O fato é que o aumento drástico na renda do país por meio de suas importações de óleo bruto teve implicações diretas para sua política externa. Isto gerou maior autonomia na política externa nigeriana em relação à sua política a respeito da África e diminuiu a vulnerabilidade da economia nigeriana frente às flutuações dos preços de seus produtos primários exportados. Dessa maneira, atenuou-se o impacto que as desigualdades da antiga ordem econômica internacional teve na economia nigeriana. Em decorrência desses múltiplos motivos, houve uma superficialidade na postura nigeriana nos foros multilaterais no que concerne ao estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional. Com efeito, esse alto incremento na renda exerceu crucial e determinante importância tanto no desenvolvimento da política interna quanto externa do país nigeriano nessa época.

1.3 Conclusão da Política Externa Nigeriana de 1960 a 1979

Sem dúvida, há uma alta prioridade destinada ao continente africano pela política externa nigeriana na independência. Várias justificativas sustentam essa abordagem política de inserção internacional escolhida pela Nigéria num período tão importante como a sua independência. A principal entre essas questões é o forte sentimento nacionalista despertado, resultante do longo processo de resistência que passou antes de conseguir a sua descolonização. Outro motivo importante é a compreensão de que alcançar o seu desenvolvimento econômico, modernização e liberdade política como um país africano só seria possível com a libertação total do continente africano da colonização.

Essas motivações delineadas trazem maior compreensão a respeito do efervescente período de atividade política praticada pelo governo da Primeira

⁹³ AJIBEWA, Aderemi. Nigeria's Foreign Policy Posture. In: *Nigeria's National Interests in a Globalising World: Vol II*. BOLYTAG Int. Publishers, Ibadan, 2007. p. 12.

⁹⁴ ADENIJI, Olu. Costs and Dividends of Foreign Policy. In: *Foreign Policy in Nigeria's Democratic Transition*. PAC, Abuja, 2005. p. 30.

República. O reconhecimento de que a realização dos seus objetivos socioeconômicos, junto com a sua busca da descolonização da África, precisava de uma política independente para maiores manobras no sistema internacional. Dessa forma, buscou-se a cooperação técnica por meio dos órgãos multilaterais como os das Nações Unidas.

Sob os governos dos regimes militares desse período, embora tenham adotado o princípio da libertação total da África como o foco central da política externa nigeriana, além da política de não alinhamento, a Guerra Civil de 1967 a 1970 e as reações dos países vizinhos, dos países ocidentais, assim como dos dois grandes blocos trouxeram maior percepção da importância da autopreservação, da necessidade de adotar a política de integração sub-regional e diminuir a influência da França nessa região, da relevância da OUA na resolução de conflitos no continente africano e de uma relação mais equilibrada entre os dois grandes blocos.

Essas motivações e a crescente prioridade dada ao crescimento da socioeconômica, devido ao grande dilema da reconstrução do país após o fim dessa guerra, também tiveram grande influência na orientação da política externa nigeriana desse período e na sua estratégia de inserção internacional, pois marcou a mudança do olhar do Norte para o Sul. Outras justificações dessa mudança foram o pouco sucesso de suas negociações para ter investimentos, transferência de conhecimento e assistência técnica no âmbito dos órgãos multilaterais, trazendo grande desafio de frente à premência da reconstrução do país. Em outras palavras, a estratégia de intensificar as suas relações com os países de eixo-econômico do Sul sob a estrutura das relações Sul-Sul com a finalidade de trazer desenvolvimento socioeconômico nasceu dessas motivações. Portanto, em 1973, juntou-se aos outros países do eixo socioeconômico do sul no estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional e, em 1975, foi criada a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

2 O SEGUNDO PERÍODO: 1979 - 1993

2.1 A Segunda República: 1979 – 1983

Embora o início da segunda república trouxe consigo uma preocupação sobre a consolidação da democracia na Nigéria, houve também uma reafirmação na constituição nigeriana sobre foco da política externa nigeriana ser a libertação total da África. Esse objetivo foi manifestado da seguinte forma:

*The State shall promote African Unity as well as the total political, economic, social and cultural liberation of Africa and all other forms of international cooperation conducive to the consolidation of universal peace and mutual respect and friendship among all peoples and states, and shall combat racial discrimination in all its manifestations.*⁹⁵

Desse modo, várias foram as atuações do país nigeriano no âmbito internacional, sobretudo no continente africano, para cumprir essa missão. Foram exemplos o envio de tropas nigerianas sob a estrutura da Organização da Unidade Africana (OUA), pela manutenção de paz na Chad em 1979; o uso da diplomacia na tentativa de resolver a disputa sobre a Saara Ocidental, cujo controle estava sendo disputado entre o Marrocos e o movimento independentista “Frente Polisário” em 1980; e o apelo, em 1981, aos estados da região da África do Sul para enviar assistência militar urgente a Angola para que fossem expulsas de lá as forças da África do Sul.

Merecem especial atenção os recursos enormes gastos pelo governo nigeriano nessa república em auxílio técnico aos países africanos em forma de bolsas e treinamentos; a ajuda financeira dada a outros países africanos assolados pela guerra ou desastres naturais, como o Chade, Somália, Etiópia, Moçambique, e Mali; e às várias formas de apoio aos movimentos de descolonização africana nesse governo.⁹⁶

Há uma falta de interesse quando se analisa a postura desse governo nigeriano também nos foros dos órgãos multilaterais em relação ao estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica. Justificativas dessa postura são, primeiramente, o ceticismo na adequabilidade no uso da diplomacia de multilateralismo para resolver as desigualdades entre as economias do Norte e do Sul e, em segundo lugar, a contradição entre a

⁹⁵ AGBU, Osita. Nigerian Foreign Policy under President Umaru Musa Yar'Adua: Challenges and Prospects. In: *Nigerian Forum: A Journal of Opinion on World Affairs*. vol 29, jan-feb, 2008, NIIA, Lagos, p. 6.

⁹⁶ ADEBAYO, A.G. South-South Aid: A Survey of Nigeria's Financial and Technical Assistance to African Countries in the 80's. In: *Nigerian Journal of International Affairs*. vol 16, no 1, 1990. NIIA, Lagos, p. 29-31.

definição dessa nova ordem e a definição própria concedida a essa nova ordem por esse governo.⁹⁷ Ou seja, o conceito de como deveria ser uma Nova Ordem Econômica Internacional por esse governo foi diferente daquele que estava sendo defendido nos foros dos órgãos multilaterais pelos países em desenvolvimento. Vale ressaltar aqui que o conceito defendido nesses foros multilaterais foi o de negociações multilaterais no nível do Sistema Internacional, como a resolução das desigualdades socioeconômicas entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. O governo nigeriano julgava que esse problema só seria resolvido se fosse negociado em três níveis: no nível nacional, regional e internacional.⁹⁸ Entretanto, esse governo acreditava que o estabelecimento de organizações regionais, como a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), fazia parte do estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional.

Havia, porém, uma contradição entre essas atuações nigerianas em relação ao continente africano e à sua economia sob esse período de governo. Os altos superávits, resultado dos preços elevados de óleo bruto na década anterior, tinham dado a esse governo um senso de segurança e o estimulou a adotar essa postura ativa, assim como o motivou a reafirmar a inserção do país no continente africano e no sistema internacional como a porta-voz da África. Todavia, o grande excesso desse produto, na década de 80, causou uma queda drástica no seu preço e na receita cambial dos países produtores dele, sendo a Nigéria um desses países. Seria, pois, realisticamente muito difícil concluir o financiamento de muitos projetos de investimentos e infraestruturas no país. O final de 1982 viu o país considerando a hipótese de pedir um empréstimo do FMI como uma das formas viáveis para sair da crise financeira nacional.

Frente a esse grande dilema, o governo nigeriano tomou grandes passos para aplicar várias medidas econômicas com o intuito de reduzir seus gastos públicos e revitalizar a economia nigeriana, porém, sem sucesso. Entre as medidas adotadas nesse período foi o uso do sistema de troca, “o Countertrade”. O motivo foi a necessidade de superar as dificuldades financeiras e as restrições ao desenvolvimento que a queda drástica do preço de óleo bruto e a receita cambial do país nigeriano apresentaram. Como bem destacou Adebayo, a busca de uma política externa ambiciosa no nível político ao custo da economia do país, a alta corrupção desse governo, a não

⁹⁷ ASSOBIÉ, H. Assisi. Nigeria: Economic Diplomacy and National Interest – An Analysis of the Politics of Nigeria’s External Economic Relations. In: *The Economic Diplomacy of the Nigerian State*. NIIA, Lagos. 2002. p. 68.

⁹⁸ *Ibid*, p. 68.

diversificação da economia nigeriana e o desperdício das reservas são todas marcas desse governo e motivos para o surgimento de um novo regime militar.⁹⁹ Outro resultado dos problemas domésticos desse período foi a expulsão de um grande número de cidadãos dos países vizinhos da Nigéria. Esse ato foi descrito como contrário à política de integração regional que o país praticava na sua política externa.¹⁰⁰

2.2 O Segundo Período de Regimes Militares: 1983 – 1993

Durante esse período, houve maior concentração e esforço pela política externa nigeriana mais no aspecto do desenvolvimento e crescimento da economia nigeriana que em qualquer outra área, em decorrência dos problemas enfrentados nessa área. Embora, a política externa nigeriana desse período não tenha abdicado de sua política em relação da África, houve uma diminuição da prioridade dela na agenda nigeriana quando analisa-se as atuações da Nigéria no sistema internacional. Segundo Assisi Asobie, a definição de que seria o interesse nacional nigeriano pelo regime militar do Ibrahim Babangida (1985 a 1993) se alinha à perspectiva realista das relações internacionais, já que os objetivos buscados aqui foram os que trariam benefícios concretos ao estado e não objetivos prescritos por considerações ideológicas, sentimentos, simpatia por certos estados ou pessoas, ou um senso de obrigação.¹⁰¹

Com essa mudança de orientação da política externa nigeriana vieram várias atuações do país no sistema internacional. Confrontado com uma economia em regressão, para financiar o Terceiro Plano de Desenvolvimento Nacional do país, o governo nigeriano pediu um empréstimo ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e aceitou as recomendações dessa instituição financeira para reestruturar a sua economia e seguir as regulações de uma economia de mercado livre. Quanto a suas relações bilaterais, as histórias de sucesso econômico dos países como a Korea, Indonésia,

⁹⁹ ADEBAYO, A.G. South-South Aid: A Survey of Nigeria's Financial and Technical Assistance to African Countries in the 80's. In: Nigerian Journal of International Affairs. vol 16, no 1, 1990. NIIA, Lagos, p. 21-23

¹⁰⁰ ASSOBIÉ, H. Assisi. Nigeria: Economic Diplomacy and National Interest – An Analysis of the Politics of Nigeria's External Economic Relations. In: *The Economic Diplomacy of the Nigerian State*. NIIA, Lagos. 2002. p. 63.

¹⁰¹ ASSOBIÉ, H. Assisi. Nigeria: Economic Diplomacy and National Interest – An Analysis of the Politics of Nigeria's External Economic Relations. In: *The Economic Diplomacy of the Nigerian State*. NIIA, Lagos. 2002. p. 51.

Malásia, Singapura, Taiwan e Tailândia fizeram com que o país buscasse fortalecer as suas relações econômicas com outros países do Sul como a China, a Argentina, o Brasil, a Índia e a Korea, sob a Cooperação Sul-Sul. Adele Jinadu observa que esse ato teve sucesso considerável nas suas relações comerciais com a Jamaica, Argentina e o Brasil.¹⁰²

Mas, além de estimular as suas relações comerciais Sul-Sul, seus parceiros tradicionais como a Europa e os Estados Unidos foram também incentivados a investir no país através da desregulamentação da economia. No plano de multilateralismo, houve a intensificação das suas relações Sul-Sul também. Segundo o pesquisador citado no parágrafo acima, não é de estranhar que o discurso principal da Nigéria nos foros multilaterais nesse período foi sempre sobre a importância de resolver os problemas econômicos e de desenvolvimento dos países em desenvolvimento.¹⁰³

No campo acadêmico, tinham diversas perspectivas e críticas acerca dessa nova orientação da política externa nigeriana. De acordo com o governo, essas ações foram denominadas como sendo elementos cruciais de uma nova política da sua política externa chamada de “Diplomacia Econômica”. Alguns pesquisadores apoiaram essa postura, pois acreditavam que a África como o foco da política externa nigeriana foi uma missão ambiciosa, além de ser muito dispendiosa à economia nigeriana. Outro grupo acreditava que essa diplomacia não era nova à política externa nigeriana uma vez que outros governos anteriores tinham buscado outras políticas de desenvolvimento econômico também. Embora concordassem que essas atuações do governo fossem um ato na direção certa, pois mostrava preocupação para reordenar as prioridades do país no sistema internacional, esse último grupo acreditava também que haveria implicações fortes nas atuações políticas do país nesse âmbito, por causa dessa nova postura. Entre as preocupações desse grupo, estavam a do imperialismo, e a de que essa nova atuação poderia significar o fim da participação da Nigéria nos assuntos políticos e econômicos em relação à África quando esses eram considerados contrários os interesses dos seus parceiros ocidentais. Vale ressaltar aqui que nessa década a *Apartheid*¹⁰⁴ ainda era um assunto controverso no sistema internacional.

¹⁰² OSHUNTOKUN, Jide. Historical Background Survey of Nigeria's Foreign Policy In: *New Horizons for Nigeria in World Affairs*. NIIA, Lagos. 2005. p. 41.

¹⁰³ Ibid, p. 42.

¹⁰⁴ Regime de segregação racial adotado de 1948 a 1994 por sucessivos governos da África do Sul.

Contudo, todas essas atuações não renderam benefícios comensurados. Várias são as razões por trás disso. Em primeiro lugar, existiam os problemas domésticos em torno desse regime militar em decorrência das reclamações do povo nigeriano a respeito desse regime e sua demanda por um governo democrático. Assim, tinham muitos conflitos políticos no país nesse período. Outro fator foi que esse período também marcou a abertura dos mercados de muitos países de Europa Ocidental, da América do Sul, da China e de outros países asiáticos e africanos. Portanto, houve muita competição por investimentos entre esses países. Como observa Jide Oshuntokun, esses foram obstáculos à Nigéria, uma vez que a preocupação dos investidores seria a segurança dos seus investimentos, além da maioria desses outros países terem melhores infraestruturas que a Nigéria.¹⁰⁵

2.3 Conclusão da Política Externa Nigeriana de 1979 a 1993

O Regime Militar de Ibrahim Babangida (1985 – 1993) significou maior concentração e foco da política externa nigeriana em assuntos econômicos que na política sobre a África. Motivos por trás disso são a regressão da economia; o desperdício das reservas nos enormes recursos gastos pelos governos anteriores, em forma de assistência técnica ou ajuda financeira a outros países africanos; além de seus gastos financeiros para cumprir a sua política sobre a África no sistema internacional; a má-administração desses governos e a corrupção alta de seus oficiais; e, finalmente, a não diversificação da economia nigeriana já que o óleo bruto continuou sendo o principal produto de exportação.

Embora tenha havido muita discussão entre os acadêmicos a respeito dessa nova postura, os estudiosos estavam de acordo que isso significava uma reordenação das prioridades do estado. Mesmo assim, alguns ainda se preocupavam sobre os limites que o governo podia ceder em nome dessa política econômica ao custo da sua política sobre a África.

Portanto, ocorreram diversas atuações do governo nigeriano nos órgãos multilaterais e sobre as relações Sul-Sul para cumprir esses objetivos econômicos. Sem

¹⁰⁵ OSHUNTOKUN, Jide. Historical Background Survey of Nigeria's Foreign Policy In: *New Horizons for Nigeria in World Affairs*. NIIA, Lagos. 2005. p. 42.

dúvida, existiu uma maior aproximação entre a Nigéria e os países do socioeconômico do Sul, ambos no plano multilateral e no plano bilateral, nesse período dos regimes militares. No governo da Segunda República fatores como a sua interpretação da forma certa para resolver as desigualdades entre as economias do Norte e do Sul nos órgãos multilaterais e um certo desânimo na adequabilidade do uso dessa diplomacia de multilateralismo para resolver essas desigualdades foram motivos da ambivalência desse governo nos foros desses órgãos. Outro motivo foi a alta receita cambial do país no início desse período devido ao alto custo de óleo bruto no sistema internacional.

Para o governo nigeriano democrático desse período, esses fatores significaram menos preocupação em torno das desigualdades entre os eixos socioeconômicos Norte e Sul e também sobre o financiamento dos seus planos de desenvolvimento. Porém, a falha desse governo em diversificar a economia teve resultados drásticos quando houve uma queda no preço desse produto na década de 80 por causa de seu grande excesso no sistema internacional.

Mesmo com o empenho do regime militar de Ibrahim Babangida acerca da economia nigeriana, os sérios entraves internos e externos que inibiram o sucesso dessas ações foram os conflitos políticos no país, sendo que esse governo era militar e não democrático, e a abertura de outros mercados considerados menos arriscados e de melhor preferência para possíveis investidores.

O importante neste capítulo é destacar as variáveis internas e externas que são motivos da intensificação das relações nigerianas com os países do eixo socioeconômico Sul. Embora a Nigéria tivesse se aproximado mais dos países do Sul, principalmente no plano bilateral, o governo dos regimes militares deu mais privilégio para as suas relações com os países ocidentais, em decorrência da aceitação do Programa de Ajustamento Estrutural do FMI e o seu realinhamento a esses países ocidentais em busca de investimentos e maiores relações comerciais já que esses são seus principais parceiros comerciais.

3 O TERCEIRO PERÍODO: 1993 - 1998

3.1 A Terceira República: agosto 1993 – novembro 1993

A curta duração desse governo (quatro meses) e as suas tentativas para levar o país a uma transição democrática perante a turbulência política desse período foram sem sucesso, pois um golpe de estado levou o país mais uma vez ao controle do governo de um regime militar.

A anulação das eleições democráticas em junho de 1993 pelo governo do regime militar deixou o país em uma situação caótica que finalmente forçou o regime militar de Ibrahim Babangida ceder o governo do país a um governo provisório. Este teve como dever o estabelecimento de estruturas democráticas no país, sobretudo, um governo democrático. A constituição dessa terceira república foi elaborada em 1989, durante esse governo do regime militar, diante da grande promessa de que esse iria se afastar da governança do país e que um governo democrático iria assumir este posto.

Porém, fatores como as greves de sindicatos, pois muitos nigerianos estavam contra esse governo provisório por ser uma instituição estabelecida pelo regime militar e, finalmente, um golpe de estado tornaram impossível o retorno do país a um governo democrático.

3.1 O Terceiro Período de Regime Militar: 1993 – 1998

A política externa do governo de regime militar de Sanni Abacha certamente possui várias características, muitas das quais foram herdadas dos regimes militares anteriores. Dentre os princípios norteadores dessa política externa está o de Diplomacia Econômica, formulada pelo último regime militar, e a política acerca da África. Embora as iniciativas e as medidas tomadas por esse governo militar foram diversas no plano econômico, várias foram as suas atuações em relação da África também. Contudo, diríamos que as atuações desse governo militar quanto à África foram mais do que as do último. Mesmo assim, o foco da política externa nigeriana, nesse período, também era sobre a resolução dos problemas econômicos do país.

Em relação à África, financiou a missão da cooperação militar de sua organização regional (a ECOMOG)¹⁰⁶ e mandou soldados nigerianos nessa missão de paz para intervir na guerra civil na Libéria em 1995.¹⁰⁷ Um acordo de paz entre as partes do conflito foi assinado em Abuja, a capital do país nigeriano, em agosto de 1995. Depois em 1997, outra missão de paz foi mandada para Serra Leoa.¹⁰⁸

No plano econômico, dando continuação na diplomacia econômica formulada pelo último regime militar, o governo fundou uma comissão com a intenção de resolver os problemas econômicos do país. Foi por meio dessa comissão que o plano de desenvolvimento “Vision 2010” foi elaborado. Algumas das iniciativas dessa comissão foram: a privatização e comercialização de algumas áreas chaves da economia nigeriana como os setores de energia e telecomunicações; a fundação da “Nigerian Investment Commission”, cujo objetivo foi a promoção de investimento dentro e fora do país; a instrução para embaixadas nigerianas para garantir um rápido processo de visto para investidores e homens de negócios e a expansão de vários portuários.¹⁰⁹

Mesmo com essas medidas tão estimulantes e vantajosas para investidores, ocorreram ainda muitos problemas como os seguintes fatores domésticos: a detenção de M.K.O. Abiola, o candidato eleito nas eleições, em 1993; o assassinato de Ken Saro Wiwa, um escritor e ativista ambiental, em 1995; a censura da mídia nigeriana; os decretos desse regime militar que infringia as leis de direitos humanos; e a sua falha em instituir um governo democrático como tinha prometido. Houve também algumas questões externas como as sanções econômicas, financeiras e técnicas recebidas no sistema internacional por meio dos países: a Grã Bretanha, os Estados Unidos, e a organização regional, a Comunidade Econômica Européia; e finalmente, a suspensão do país da Commonwealth em 1995 em decorrência dos conflitos domésticos já citados. Todos esses fatores são todos variáveis que colaboraram para o fracasso dessas metas econômicas previamente estabelecidas para tirar a economia nigeriana da regressão.¹¹⁰ Vale ressaltar aqui que o programa recomendado pelo Fundo Monetário Internacional, o “Structural Adjustment Programme” e o aumento da dívida nigeriana também tinham

¹⁰⁶ ECOMOG: é um acrônimo para “Economic Community of West African States Monitoring Group”.

¹⁰⁷ OSHUNTOKUN, Jide. Historical Background Survey of Nigeria’s Foreign Policy In: *New Horizons for Nigeria in World Affairs*. NIIA, Lagos. 2005. p. 43.

¹⁰⁸ Ibid. p. 43.

¹⁰⁹ SANUSI, Samson Olatunde. Abacha’s Economic Diplomacy and New Economic Partner’s: A Shift from West to Middle East-Asian Nations (1993-1998). Departamento de Pesquisa, NIIA, Lagos, Nigéria. 1998 p. 3- 8.

¹¹⁰ Ibid. p. 8 – 10.

efeitos negativos na economia da Nigéria nesse período também.¹¹¹ Exemplos das conseqüências desse programa foram o aumento da pobreza e a redução de acessos a serviços sociais públicos, como saúde e educação, assim como a diminuição de ofertas de emprego no mercado de trabalho. A decisão em intensificar relações comerciais e procurar assistência técnica dos países asiáticos nasceu em decorrência da situação elaborada no parágrafo acima. Segundo Samson O. Sanusi, a perda de seus parceiros comerciais tradicionais nesse período trouxe uma mudança dramática nas relações econômicas nigerianas do Ocidente para os estados árabes e asiáticos.¹¹² Desse modo, esses estados foram incentivados, por meio de várias medidas, a investir na economia nigeriana. Partes dessas medidas são: termos atrativos de importar e exportar produtos semimanufaturados assim como produtos manufaturados para a Nigéria; a adoção de uma política de liberalização; e a revisão da sua política econômica da industrialização por substituição de importações.¹¹³ Ademais, empreendimentos conjuntos entre empresários nigerianos e os desses países foram estimulados.

Na área de cooperação técnica, várias negociações com os governos desses países foram arranjadas para assegurar o processo da transferência de conhecimentos, técnicas e experiências em diversas áreas. A melhoria do sistema de ferrovia deveu-se a profissionais chineses; a área de agricultura recebeu profissionais da Malásia e Indonésia, e o Taiwan foi encorajado para investir no setor de engenharia elétrica na Nigéria.¹¹⁴

Como bem destacou Samson O. Sanusi, esse governo militar tomou grandes passos e medidas econômicas atrativas para incentivar os estados árabes e asiáticos a investir e fortalecer laços comerciais, porém poucos foram os benefícios dessas atuações por causa dos conflitos políticos nigerianos e a oposição a esse país no sistema internacional na forma de sanções econômicas que o mesmo causou.¹¹⁵ A morte do chefe desse governo militar, Sanni Abacha, em junho de 1998, trouxe a premência de reinstaurar um governo democrático e maiores desafios, tanto internos e quanto externos, pois esse novo governo democrático teria que reposicionar o país no sistema internacional e ganhar de volta os parceiros tradicionais e a sua confiança.

¹¹¹ SANUSI, Samson Olatunde. *Abacha's Economic Diplomacy and New Economic Partner's: A Shift from West to Middle East-Asian Nations (1993-1998)*. Departamento de Pesquisa, NIIA, Lagos, Nigéria. 1998 p. 9.

¹¹² *Ibid.* p. 9.

¹¹³ *Ibid.* p. 10.

¹¹⁴ *Ibid.* p. 10.

¹¹⁵ *Ibid.* p. 14.

3.2 Conclusão da Política Externa Nigeriana de 1993 a 1998

Sob o governo militar de Sani Abacha, houve maior prioridade destinada ao continente africano pela política externa nigeriana do que no governo militar anterior. Contudo, o foco desta política externa como o do último regime militar foi na procura de transformações econômicas, na reestruturação da economia nigeriana e na busca de especialização e conhecimentos técnicos.

Assim diríamos que a Nigéria manteve a mesma posição do último governo militar de Ibrahim Babangida, sem grandes variações, uma vez que continuou com a diplomacia econômica formulada durante o período de esse último governo militar. A novidade para o governo militar deste período foi o fortalecimento das relações bilaterais com os estados árabes e asiáticos a partir de 1995, quando a Nigéria foi suspensa da Commonwealth e recebeu sanções econômicas, financeiras e técnicas da Grã Bretanha, dos Estados Unidos e da Comunidade Econômica Européia em decorrência da violação dos direitos humanos dos seus cidadãos. Essa suspensão e as sanções significaram o fracasso de muitas atuações do governo para transformar a situação econômica e tirá-la da regressão profunda.

Dessa maneira, motivações econômicas e a prioridade delas na agenda da política externa nigeriana, bem como a perda de seus parceiros tradicionais e os limites impostos pelo sistema internacional ao país são motivos por trás da intensificação das suas relações bilaterais com esses países do eixo socioeconômico Sul. Muito embora tenha obtido algum sucesso com as suas relações bilaterais com os estados árabes e asiáticos, os fatores internos e externos foram entraves para o sucesso desses objetivos econômicos.

4 O QUARTO PERÍODO: A QUARTA REPÚBLICA E O RETORNO DA DEMOCRACIA: 1999 - 2010

4.1 O Governo Democrático de Obasanjo: 1999 – 2007

Dado a longa processão de regimes militares na história do país nigeriano e as conseqüências disso a sua economia e, sobretudo, à violação dos direitos humanos, a constituição nigeriana redigida em 1999 declarou que o estado nigeriano seria um estado baseado nos princípios de democracia e justiça social (capítulo II, seção 14(1)).¹¹⁶

No mesmo capítulo dessa constituição e na seção 19(a – e), os objetivos fundamentais e princípios diretivos da política do estado nigerianos são declarados como:

- a) *Promotion and protection of national interest;*
- b) *Promotion of African integration and support for African unity;*
- c) *Promotion of international cooperation for the consolidation of universal peace and mutual respect among all nations and elimination of discrimination in all its ramifications;*
- d) *Respect for international law and treaty obligations as well as the seeking of settlement of international disputes by negotiation, mediation, conciliation, arbitration and adjudication; and*
- e) *Promotion of a just world-economic order.*¹¹⁷

Com a restauração da democracia no país, a preocupação principal do povo nigeriano foi o desenvolvimento socioeconômico do país. Segundo Aremu Ayinde, o retorno à democracia trouxe também uma expectativa por parte dos cidadãos nigerianos de que isto deveria produzir desenvolvimento em termos de transformações na qualidade de vida do nigeriano, e esse governo nigeriano estaria sob pressão intensa para cumprir essa tarefa.¹¹⁸ Essa declaração foi sustentada por Osita Agbu quando declara as questões prementes que precisavam ser analisadas e suas soluções procuradas. Como exemplo, pode-se citar: limpar a imagem negativa do país no sistema internacional e transformá-lo em uma nação governada pelo princípios de democracia e respeito aos direitos humanos; diversificar a economia nigeriana e tirá-la do declínio persistente que passava; elevar novas infra-estruturas sociais; assim como acabar com a

¹¹⁶ OLUWASHAKIN, Ajinde. Democracy and Foreign Policy Decision Making in Nigeria's Fourth Republic (1999 – 2007). In: *Nigerian Forum*, NIIA, Lagos, july/august 2007, p. 168.

¹¹⁷ AGBU, Osita. THE 1999 Consitution and Nigeria's Foreign Policy. In: *Nigerian Forum*, NIIA, Lagos, may/june 2003, p. 130.

¹¹⁸ AYINDE, F. Aremu. Democracy Dividend and Nigeria's Fourth Republic. In: *Nigerian Forum*, NIIA, Lagos, march/april 2004, p. 99.

alta corrupção entre oficiais do governo. Estas foram as obrigações domésticas que moldaram a política externa do governo democrático desse período, e conseqüentemente, suas relações internacionais.¹¹⁹

Por isso, com o objetivo de superar essas dificuldades domésticas, a prioridade do país nigeriano em 1999 era encontrar uma forma de como melhorar a economia do país, trazer investimento, industrialização e desenvolvimento, assim como corrigir a sua imagem no Sistema Internacional. Desse modo, lançou *The Nigerian Economic Policy, 1999 – 2003* que teve por fim alcançar estes objetivos.¹²⁰ É muito importante apontar aqui o ressurgimento da busca pela transferência de conhecimento, técnicas cooperativas e treinamento além de investimento e relações bilaterias bem-sucedidas pelo governo nigeriano para alcançar essas metas.

No plano bilateral, para realizar esses objetivos, foi estabelecida uma instituição chamada de “Economic Financial Crimes Commission” para combater a corrupção profunda no país, e para assegurar maiores manobras nas medidas tomadas para restaurar a economia nigeriana. Foi paga a dívida externa com o Clube de Paris e também aquela com o Clube de Londres. Esses atos renovaram as suas relações bilaterais. Também procurou reconstruir os vínculos comerciais, financeiros e técnicos com os países parceiros tradicionais que perdeu durante o governo do regime militar anterior (1993 a 1998). Embora os países ocidentais como os Estados Unidos, a Alemanha, a França, e o Reino Unido continuassem sendo os principais parceiros comerciais da Nigéria. Esse período presenciou também a intensificação das relações comerciais entre os países do Sul como a China, a Korea, a Índia e o Brasil.

Reconhecendo a complexidade do sistema internacional desse período, em decorrência da profunda globalização e outros desafios nesse âmbito, como a necessidade de reformas no sistema de comércio internacional e a Organização Mundial de Comércio, para ser mais favorável ao desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento e para atender à necessidade de reduzir a assimetria entre os países da periferia e os países do centro, várias foram as atuações desse governo no plano multilateral, sobretudo com os países do sul, para alcançar seus objetivos demarcados e se reposicionar nesse âmbito. Em outras palavras, para a Nigéria, as suas relações nesse âmbito estão voltadas à estratégia da sua inserção internacional. Exemplos das

¹¹⁹ AGBU, Osita. Nigerian Foreign Policy under President Umaru Musa Yar'Adua: Challenges and Prospects. In: *Nigerian Forum*, NIIA, Lagos, jan/feb 2008, p. 8.

¹²⁰ OMOWEH, D.A. Post-Adjustment Nigerian Economy. In: “*The Economic Diplomacy of the Nigerian State*” NIIA, Lagos, 2002. p. 212.

organizações de que faz parte nesse âmbito são o Grupo dos 15 (G15), a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), o Grupo dos 20 (G20), e o Grupo dos 77 (G77). A intensificação das relações sul-sul pelo país nigeriano nessas organizações tem como propósito a cooperação econômica e comercial, científica, técnica, e política.

Porém o aspecto das relações internacionais da Nigéria em que houve maiores atuações e que é de destaque em relação do nosso tema é a África. Há uma nova percepção do papel atribuído à África na realização dos objetivos nigerianos nesse período. Antigamente, a África era percebida na orientação da política externa nigeriana somente de uma dimensão política. Mas a compreensão de que os dias da colonização e da *Apartheid* na África estão terminados; a realidade de uma intensa globalização que é um processo de aprofundamento da integração econômica, social, política e cultural; assim como a necessidade de estabilidade e da resolução de conflitos e guerras civis nessa região, como sendo crucial à prosperidade dos países membros, são todos fatores importantes na busca de uma integração econômica em todos os níveis desse continente pela Nigéria. De fato, esse período marcou um reavivamento do regionalismo na África.

Esse período inicia com uma renovação do papel desempenhado pela África para o sucesso dos objetivos da dimensão política e doméstica nigeriana na percepção de sua política externa, e de que o desenvolvimento socioeconômico dessa região traria melhor desenvolvimento ao país. Além disso, outras motivações são o uso de uma agenda e ação nesse âmbito como um incremento do poder de barganha com outros blocos regionais, ou com os países avançados e emergentes; suporte para suas reformas econômicas; e acesso aos mercados desses países. Desse modo, essas motivações têm sustentado as atuações da Nigéria nessa região.

Com efeito, a intensificação das relações sul-sul pelo país nigeriano, atuação com maior desempenho no continente africano, tem motivações socioeconômicas, bem como em relação à necessidade de uma inserção mais ativa no Sistema Internacional, da posse uma visão mais globalista e crítica da política de neoliberalismo.

Continuando nessa mesma linha do regionalismo da Nigéria no continente africano, percebe-se as suas atuações em várias organizações como a União Africana (UA), a Nova Parceria para o Desenvolvimento na África (NEPAD), a Conferência Internacional Tóquio para o Desenvolvimento na África (TICAD)¹²¹, “*African Growth*

¹²¹ TICAD: Essa conferência acontece em cada 5 anos em Tóquio, Japão, e o objetivo é a promoção de diálogo entre chefes de países africanos e seus parceiros de desenvolvimento.

Opportunity Act (AGOA)¹²², e o Foro da China-África. Dentro da África, principais parceiros da cooperação econômica do país nigeriano são os países da CEDEAO, a Argélia e a África do Sul. Na área de resolução de conflitos e guerras civis, a Nigéria foi instrumental na intervenção em Zimbábue, Libéria, Serra Leoa, Somália, Togo, Guiné-Bissau, Costa do Marfim, Sudão e São Tomé e Príncipe.

4.2 O Governo Democrático de Yar'Adua: 2007 – 2010

A política externa desse governo democrático é basicamente uma continuação da do governo democrático anterior nos planos bilaterais e multilaterais, porém com um aspecto diferente. Este aspecto é a política externa do governo democrático anterior ser concentrada na promoção dos interesses do país como um Estado enquanto a política externa desse governo democrático ser concentrada na promoção dos interesses do cidadão nigeriano.

Um ponto a ser ressaltado aqui é que o primeiro objetivo da constituição nigeriana de 1999 que declara, “a promoção e proteção do interesse nacional”, já foi criticado como sendo ambíguo, uma vez que há uma falta nessa constituição do que seria exatamente “o interesse nacional do estado nigeriano”.¹²³ Este autor acredita que a falha na definição desse conceito poderia levar cada governo democrático a definir o interesse nacional do estado nos seus termos e até poderia ser utilizado para justificar uma política externa ambiciosa.

Segundo o mesmo autor, o interesse do cidadão nigeriano deveria ser o foco da política doméstica e da política externa do estado nigeriano e não o interesse de uma entidade abstrata chamada “o Estado”.¹²⁴ Assim, percebe-se nesse governo democrático de Yar'Adua uma tentativa para avaliar mais profundamente a influência de suas atuações no sistema internacional na realização dos interesses dos cidadãos nigerianos.

Essa perspectiva, chamada de “Citizen Centered Diplomacy” ou “Citizen Diplomacy”, segundo o Ministro de Relações Exteriores desse período, tem como objetivo buscar uma maneira para combinar a política externa nigeriana e os objetivos

¹²² AGOA: O “African Growth Opportunity Act” é um acordo sobre comércio e desenvolvimento assinado entre os Estados Unidos e os países da África Sub-saariana em 2000.

¹²³ OLUWASHAKIN, Ajinde. *Democracy and Foreign Policy Decision Making in Nigeria's Fourth Republic (1999 – 2007)*. In: *Nigerian Forum*, NIIA, Lagos, July/August 2007, p. 170.

¹²⁴ *Ibid.* p. 173.

socioeconômicos de forma que o foco dessa política externa seria na promoção dos interesses do cidadão nigeriano.¹²⁵ Como observa Osita Agbu, a política externa do governo democrático anterior teve como objetivo a reabilitação da economia nigeriana, a reintegração do país no comitê das nações, assim como a sua inserção e reposicionamento nesse âmbito. Portanto, serviu como base para as atuações dos governos democráticos futuros, enquanto sob o governo democrático de Yar'Adua as suas atuações para obter os ganhos nesse âmbito levariam sempre em consideração primeiro a proteção e realização dos interesses dos seus cidadãos.¹²⁶ Vale ressaltar que a Nigéria gastou quase US\$ 10 bilhões na sua intervenção nos conflitos na Libéria e Serra Leoa, além de perder as vidas de mais de 1 mil soldados.¹²⁷ Isto demonstra os enormes custos econômicos que essa atuação teve à nação às vidas dos seus cidadãos, o que foi um ato bastante criticado dentro do país.

Dessa maneira, a política externa de Yar'Adua pretende ser mais democrática uma vez que considera a opinião dos cidadãos nigerianos sobre as suas atuações no sistema internacional. Além disso, percebe-se uma tentativa para acrescentar na política externa nigeriana um elemento novo, que é a representação de idéias e opiniões dos seus cidadãos no âmbito dos centros de poder onde as decisões tomadas influenciam as vidas destes. Com efeito, essa postura tem como objetivo reconciliar a perspectiva do governo em torno do que considera ser o interesse nacional do estado junto com a perspectiva dos cidadãos nigerianos a respeito do mesmo assunto. Assim, esse governo evitará qualquer tipo de instabilidade política ou tensão social sobre as suas atuações no sistema internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Política Externa Nigeriana

O objetivo desse artigo foi o conhecimento dos princípios da política externa nigeriana e as variáveis internas e externas que exerceram influência nela com a finalidade de entender suas atuações no sistema internacional. O propósito disso é elencar os fatores justificativos que fez com que a Nigéria procurasse aprofundar suas relações com os países do eixo socioeconômico Sul com o objetivo de tentar se

¹²⁵ AGBU, Osita. Nigerian Foreign Policy under President Umaru Musa Yar'Adua: Challenges and Prospects. In: *Nigerian Forum*, NIIA, Lagos, jan/feb 2008, p. 13.

¹²⁶ Ibid. p. 17.

¹²⁷ Ibid. p. 17.

reposicionar no sistema internacional e aproveitar dos benefícios que a internacionalização da sua economia oferece. Ou seja, para a Nigéria, as suas relações atuais estão voltadas à estratégia de sua inserção internacional.

Quando se considera a estratégia de sua inserção, há três aspectos relevantes. O primeiro é a intensificação suas relações bilaterais com os países Emergentes como a China, a Índia, a Coreia e o Brasil.

Segundo, é o uso de multilateralismo junto a os outros países do eixo socioeconômico do sul para buscar um ambiente mais favorável ao desenvolvimento socioeconômico dos países em desenvolvimento através de negociações em torno dos termos de troca, a reforma do sistema do comércio internacional e o protecionismo praticado pelos países desenvolvidos. Essa estratégia começou após o fim da guerra civil no país (1967 – 1970) a qual aumentou as prioridades socioeconômicas e de seu desenvolvimento. Portanto, esses fatores externos e internos motivaram a Nigéria a se unir aos países do Sul no estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional em 1973. Desde então, o país vem atuando nesse âmbito.

O terceiro, que é o uso de regionalismo, ganha destaque em relação o nosso tema, já que há maiores atuações do país com outros países do sul nessa esfera. É a sua busca por aprofundar a integração regional no continente africano, ambos no nível continental e no nível sub-regional. O início de um governo democrático em 1999, confrontado por problemas de cunho econômico, e a realidade de um sistema internacional ainda mais complexa trouxe o entendimento de que a única forma para superar esse duplo desafio, alcançar desenvolvimento socioeconômico dentro do país, e garantir uma inserção positiva no sistema internacional globalizado seria por meio de maior integração regional de seu continente, a África.

É muito importante apontar aqui que um princípio da política externa nigeriana fundada na independência e que sempre foi utilizado é o princípio da libertação total da África, sendo o foco das relações nigerianas no sistema internacional. Porém, o uso desse princípio tem passado por vários graus diferentes ao longo dos anos, pois houve uma reordenação das prioridades do estado nigeriano. Vale ressaltar que o interesse nacional de um estado no sistema internacional deve reger as suas relações com outros estados nesse âmbito. De qualquer maneira, esse princípio sempre foi buscado no passado em termos de política internacional e não em termos de caráter econômico. Isto marca a diferença entre as atuações da Nigéria na África atualmente e as suas atuações

no passado. Atualmente, a Nigéria busca empregar sua política de diplomacia econômica também dentro do continente africano.

Embora o regionalismo não seja novo para as relações nigerianas na África, a percepção dos grandes avanços nas liberalizações multilateral e unilateral faz com que ele se torne ainda mais importante para as relações econômicas internacionais dos países africanos e o ao desenvolvimento de suas dimensões socioeconômicas. Assim é o início de uma nova era de regionalismo no continente. Ademais, a formação de um bloco econômico e, portanto, um mercado comum, representa o meio de minimizar os transtornos e distorções internas do bloco. Vale realçar que a África é um continente heterogêneo com 54 países, cujas economias apresentam características e estruturas diferentes. Mas as instabilidades políticas e as guerras civis ainda são uma grande causa de prejuízo ao continente. Dessa maneira, a criação de um bloco também tem o efeito de substituir, mesmo que parcialmente, os antigos papéis desempenhados pelos estados nacionais.

Desse modo, a intensificação das relações sul-sul pela Nigéria, que pode ser sentida nos planos bilaterais, multilaterais e, sobretudo, no regionalismo na África, tem por objetivo o reposicionamento do estado no sistema internacional para poder aproveitar melhor dos benefícios que a internacionalização de sua economia oferece. Essa estratégia de inserção internacional nigeriana torna-se importante face às variáveis internas e externas já mencionadas ao longo deste artigo.

BIBLIOGRAFIA

ADENIJI, Olu. Costs and Dividends of Foreign Policy. In: *Foreign Policy in Nigeria's Democratic Transition*. PAC, Abuja, 2005. p. 27.

ASSOBIE, H. Assisi. Nigeria: Economic Diplomacy and National Interest – An Analysis of the Politics of Nigeria's External Economic Relations. In: *The Economic Diplomacy of the Nigerian State*. NIIA, Lagos. 2002. p. 56.

ADENIJI, Olu. Costs and Dividends of Foreign Policy. In: *Foreign Policy in Nigeria's Democratic Transition*. PAC, Abuja, 2005. p. 30

ASSOBIE, H. Assisi. Nigeria: Economic Diplomacy and National Interest – An Analysis of the Politics of Nigeria's External Economic Relations. In: *The Economic Diplomacy of the Nigerian State*. NIIA, Lagos. 2002. p. 57.

ADENIJI, Olu. Costs and Dividends of Foreign Policy. In: *Foreign Policy in Nigeria's Democratic Transition*. PAC, Abuja, 2005. p. 30.

AJIBEWA, Aderemi. Nigeria's Foreign Policy Posture. In: *Nigeria's National Interests in a Globalising World: Vol II*. BOLYTAG Int. Publishers, Ibadan, 2007. p. 12.

ADENIJI, Olu. Costs and Dividends of Foreign Policy. In: *Foreign Policy in Nigeria's Democratic Transition*. PAC, Abuja, 2005. p. 30.

AGBU, Osita. Nigerian Foreign Policy under President Umaru Musa Yar'Adua: Challenges and Prospects. In: *Nigerian Forum*, NIIA, Lagos, jan/feb 2008, p. 8.

AGBU, Osita. Nigerian Foreign Policy under President Umaru Musa Yar'Adua: Challenges and Prospects. In: *Nigerian Forum: A Journal of Opinion on World Affairs*. vol 29, jan-feb, 2008, NIIA, Lagos, p. 6.

ADEBAYO, A.G. South-South Aid: A Survey of Nigeria's Financial and Technical Assistance to African Countries in the 80's. In: *Nigerian Journal of International Affairs*. vol 16, no 1, 1990. NIIA, Lagos, p. 29-31.

ADEBAYO, A.G. South-South Aid: A Survey of Nigeria's Financial and Technical Assistance to African Countries in the 80's. In: *Nigerian Journal of International Affairs*. vol 16, no 1, 1990. NIIA, Lagos, p. 21-23

ASSOBIE, H. Assisi. Nigeria: Economic Diplomacy and National Interest – An Analysis of the Politics of Nigeria's External Economic Relations. In: *The Economic Diplomacy of the Nigerian State*. NIIA, Lagos. 2002. p. 68.

ASSOBIE, H. Assisi. Nigeria: Economic Diplomacy and National Interest – An Analysis of the Politics of Nigeria's External Economic Relations. In: *The Economic Diplomacy of the Nigerian State*. NIIA, Lagos. 2002. p. 63.

AYINDE, Aremu Fatai. Democracy Dividend and Nigeria's Fourth Republic In The Nigerian Forum, NIIA, vol 26, nos 3-4, março/abril 2004, Lagos, Nigéria. p. 94

JINADU, Adele. Historical Background Survey of Nigeria's Foreign Policy. In: *New Horizons for Nigeria in World Affairs*. NIIA, Lagos, 2005. p. 38.

SANUSI, Samson Olatunde. Abacha's Economic Diplomacy and New Economic Partner's: A Shift from West to Middle East-Asian Nations (1993-1998). Departamento de Pesquisa, NIIA, Lagos, Nigéria. 1998 p. 3- 8.

OSHUNTOKUN, Jide. Historical Background Survey of Nigeria's Foreign Policy In: *New Horizons for Nigeria in World Affairs*. NIIA, Lagos. 2005. p. 41.

OMOWEH, D.A. Post-Adjustment Nigerian Economy. In: *“The Economic Diplomacy of the Nigerian State”* NIIA, Lagos, 2002. p. 212.

ANEXOS

ANEXO - A

LISTA DOS DEZ PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DA NIGÉRIA: IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO.

	Importação					Exportação				
	2006	2007	2008	2009	2010	2006	2007	2008	2009	2010
1	Estados Unidos	China	China	China	Estados Unidos	Estados Unidos	Estados Unidos	Estados Unidos	Estados Unidos	Estados Unidos
2	China	Estados Unidos	Estados Unidos	Estados Unidos	China	Índia	Bélgica	Índia	Índia	Índia
3	Reino Unido	Bélgica	Alemanhã	França	França	Espanhã	Índia	Brasil	Brasil	Brasil
4	Alemanhã	Reino Unido	Bélgica	Bélgica	Antígua e Barbuda	França	Brasil	França	Guiné Equatorial	Holanda
5	Emirados Árabes Unido	Alemanhã	França	Reino Unido	Índia	Canadá	França	Holanda	França	França
6	Índia	Índia	Reino Unido	Antígua e Barbuda	Itália	Costa de Marfim	África do Sul	Espanhã	Espanhã	Itália
7	França	França	Índia	Índia	Emirado Árabes Unido	Ganá	Alemanhã	Itália	Itália	Espanhã
8	Itália	Brasil	Emirado Árabes Unidos	Brasil	Bélgica	Holanda	Costa de Marfim	Guiné Equatorial	Canadá	Guiné Equatorial
9	Japão	Holanda	Suiça	Japão	Brasil	Itália	Canadá	Ganá	África do Sul	Canadá
10	Brasil	Itália	Japão	Afganistão	Reino Unido	África do Sul	China	Costa de Marfim	Costa de Marfim	Bélgica

Fonte: INTRACEN; ITC calculations based on COMTRADE statistics